

de 301 senhoras e senhores deputados e deputadas e de 51 senhoras, senhores, senadores e senadoras nesta sessão.

A número regimental declaro aberta a sessão.

Declaro aberta a ordem do dia.

Consta da pauta da presente sessão os vetos números 46 de 2021, 30 e 65 de 2022, 914 dispositivos

1 a 3, 5 a 53, 55 a 58, 61 a 64, 66, 67, 109 a 114, 116, 119 a 315, 317, 319 a 390, 393 a 395.

Tem o veto 18, veto 26, dispositivos 3 e 5 a 10, 36 dispositivos 3, veto 39, veto 41,

veto 45 dispositivos 10, veto 46 dispositivos 1 a 3, 6, 8 a 12, 14, veto 47 dispositivos

9 a 17, veto 48 de 2023, veto 1, veto 4 dispositivos 64 e veto 8 de todos de 2024, os PLNs números

1, 2 e 5 a 11 de 2024 e a eleição complementar do Conselho de Comunicação Social do Congresso

Nacional.

A presença informa que foi retirada de pauta o PLN número 9 de 2024 por não ter sido

deliberado pela Comissão Mista de Orçamento.

Declaro aberta a discussão em globo dos vetos números 46 de 2021, 30 e 65 de 2022, 9, 14,

18, 26, 36, 39, 41, 45, 46, 47, 48 de 2023 e 1, 4 e 8 de 2024.

Pessoal da palavra ao deputado Tarciso Mota, do PSOL.

Senador Sergio Moro, da União do Paraná.

Senador Lindberg Farias, para discutir, deputado.

Senhor presidente, nós vamos ter a oportunidade hoje de discutir nos vetos sobre a Lei de

Segurança Nacional, sobre a lei do Estado Democrático de Direito que revogou a Lei

de Segurança Nacional.

Eu quero cumprimentar a vossa excelência, porque vossa excelência conduziu com o presidente

Lula, na discussão com o Supremo também, os senhores, construíram uma proposta que estabelece

as balizas da defesa do Estado Democrático de Direito.

Quero cumprimentar, porque foi uma votação importante e que acaba, acabou com aquele

entulho autoritário a Lei de Segurança Nacional.

Veja bem, os vetos que existiram do governo Bolsonaro, foi essa lei aqui que foi relatada

pela deputada Margarete Coelho, que era deputada do Partido Progressista.

Então esses temas aqui, esses pontos, são pontos muito importantes.

Eu até diria, deputado Zarathini, que a gente sabe que é em cima dessa lei que as pessoas

que participaram no dia 8 de janeiro estão sendo condenados.

Inclusive o próprio ex-presidente responde a um inquérito no Supremo Tribunal Federal

em cima dessa lei, a tentar abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

Interessante é observar que nos vetos, tem um veto que eu quero

chamar a atenção dessa casa, feito pela relatora Margarette Coelho, previa como crime a promoção ou financiamento de campanha ou iniciativa para disseminar fatos que sabem verídicos. Eu quero chamar a atenção que essa lei foi aprovada em 2021. Bolsonaro veta isso aqui e logo depois começa uma campanha para tentar desacreditar o processo eleitoral, para desacreditar as urnas eletrônicas. Eu chamo a atenção porque essa é uma votação muito importante. Eu diria que talvez o ex-presidente tenha cometido um equívoco, porque esse é um ato de ofício que liga aos atentados de 8 de janeiro e a tentativa de desacreditar o processo eleitoral. Vamos ter a oportunidade de discutir vários desses vetos aqui, mas eu creio que esses relacionados à lei de segurança nacional talvez sejam os mais importantes. Sei que nós vamos ter o debate sobre essa idinha. Chamo a atenção dos senhores, só tem direito a quem está no regime semiaberto, ou seja, a pessoa já sai para trabalhar, já sai para estudar. Queria, sem razoabilidade alguma, impedir o contato com a família e também talvez, você sabe que tem muitos presos, detentos, que acabam se aproximando da igreja, da igreja evangélica, da igreja católica. É uma atividade de ressocialização também a pessoa poder ir para a igreja. Eu acho que essa é uma sessão importante. Você viu que eu fiz aqui uma fala até moderada, meu querido ex-senador do Mato Grosso, porque eu acho que a gente tem que conduzir aqui com muita calma os debates do dia de hoje, mas eu diria que essa sessão do Congresso é uma sessão importante. Veja, esses vetos são vetos ainda do governo de Bolsonaro. Está ligado a um projeto muito importante, a esse projeto que fala sobre o Estado de Democracia e direito. Então, não tem jeito. É uma hora que a gente tem que fazer a pauta avançar e eu espero, aqui cumprimentando o meu líder do governo do Congresso, senador Randolph Rodrigues, que a gente consiga construir com entendimentos essa sessão para ser que essa sessão aconteça da melhor forma possível. Muito obrigado, presidente Paixento. Lindenberg não entende nem quinta de cabelo que é falar de segurança nacional. Obrigado, deputado Lindenberg Farias. Com a palavra pela ordem, o líder do governo do Congresso, senador Randolph Rodrigues. Cumprimentando, presidente, cumprimentando o meu caríssimo vice-líder Lindenberg Farias. Só para comunicar a voz de excelência, há acordo com os líderes para

adiamento dos

seguintes itens que estão na pauta.

O veto 30 de 2022, que trata do despacho gratuito de bagagem pelo adiamento.

O veto 65 de 2022, que trata do autocontrole agropecuário.

O veto 9 de 2023, que trata das áreas de reserva legal.

Em relação ao veto 14 de 2023, senhor presidente, que trata da lei geral do esporte, ao compromisso

do governo impedir, o governo pede o adiamento dos itens 5 a 51, 55 a 58, 66, 319 a 3...

319, 340.

340 a 346, 61, 133 a 136, que são itens que tratam do Conselho Nacional do Esporte e do

Plânio Esporte, com o compromisso assumido pelo governo na próxima sessão do Congresso

Nacional a que esse concordar na derrubada desses itens.

Senador Randolph, pode repetir, por favor, qual é o acordo em relação à lei geral

do esporte?

E essa atenção do senador Flávio Bolsonaro.

Perfeito.

Então, repetindo em relação à lei geral do esporte, veto 14 de 2023, item 5 a 51,

item 55 a 58, item 61, item 66, item 133 a 136, item 319, item 340 a 346.

E o governo assumiu o compromisso na próxima sessão do Congresso Nacional a que ser na

derrubada do veto relativo ao Conselho Nacional do Esporte e ao Plânio Esporte.

Dando sequência, presidente, pelo adiamento também do veto 18 de 2023, programa Minha

Casa Minha Vida, atendendo o pedido do nobre líder Esinaldo, do MDB.

Pelo adiamento do item 46 de 2023, em relação a esse item,

presidente, nós chegamos a derrubar

na sessão anterior o item 13, o artigo 13 desse dispositivo, mas essa liderança está

à disposição de dialogar com o governo e com os demais líderes no sentido de evoluirmos

em relação à eventual derrubada de outros itens ou de todo o projeto, mas isso não conseguiu

ser amadurecido para essa sessão.

Então, eu queria pedir a especial atenção nesse sentido, para o adiamento total do item

40 e até a próxima sessão do Congresso Nacional, que deverá ser realizado em breve, visto que

temos ainda que votar a lei de diretrizes orçamentárias.

Pelo adiamento também do item 47 do veto 47 de 2023 e, por fim, pelo adiamento do veto

48 de 2023.

O 47 de 2023 são todos os itens?

Veto 46 de 2023, veto 47 de 2023 e veto 48 de 2023 são todos os itens.

Todos os itens do 46, do 47 e do 48?

Pelo adiamento.

É isso?

É isso.

Presidente, eu acho que já conta na pauta, mas só para certificar, eu queria pedir a

Vossa Excelência, tem basicamente três vetos que não estão trancando a pauta, mas eu creio

que não há nenhuma divergência, não sente nenhuma divergência entre os líderes para

que nós pudéssemos apreciar, por consenso, o veto número 11 de 2024 e o veto número

9 de 2024.

O veto número 11 de 2024 foi um veto apostado pelo senhor presidente da República, a multa

por atraso no pagamento do SPVAT.

Creio que não há nenhuma divergência entre governo e oposição para que esse veto, mesmo

não trancando a pauta, possa entrar para ser mantido.

Da mesma forma, o veto 09 de 2024.

Doutor Randolph, os vetos referidos por último em Vossa Excelência, eles não estão incluídos

na pauta, então salvo se houver um acordo plenário, eles precisariam ficar para a próxima

sessão, mas eu consultarei o plenário em relação a essa parte final da fala do líder Randolph

Rodrigues sobre a inclusão.

São os vetos 11 de 2024, 10 de 2024 e 9 de 2024.

Em relação ao acordo que foi anunciado pelo líder Randolph Rodrigues em relação aos

vetos que teriam apreciação adiada, eu passo a palavra ao líder da minoria, senador Flávio

Bolsonaro, para se pronunciar.

Senhor Presidente, boa tarde.

Eu mais uma vez aqui faço o registro à liderança do governo de lamentar, tomar cência no acordo

do qual a liderança da minoria no Congresso não participou e fica sabendo aqui em plenário

agora.

Aí fica difícil da gente conversar com todas as lideranças.

Mas especialmente em relação ao adiamento da votação do veto 14/23 da Lei Geral do

Esporte, como houve algumas idas e vindas com os parlamentares que têm interesse na

apreciação desse veto, especificamente o senador Portinho, senador Aleila, senador

Romário, que tratam uma coisa com o ministro dos Esportes, vem para cá, muda.

Vai conversar de novo, volta para cá, muda.

Então não há o consenso, pelo menos com relação ao veto 14, ou tira todos os itens

de pauta, ou vota todos os itens agora, porque havia toda uma construção feita, proposta

de projetos de lei que seriam protocolados, tudo alinhado e do nada, mais uma vez houve

uma mudança nesse acordo sem comunicar agora.

Então eu estou sendo aqui, estou atendendo ao pleito dos parlamentares que têm atuação especial na área do esporte para que esse item 14 saia todo de pauta e não apenas alguns deles.

Mas, presidente, eu acho que há o consenso, sim, para que possamos ir para a pauta do

Congresso agora, voto a voto em cada veto.

A proposta do líder Randolph, senador Flávio, em relação a esses vetos que foram por ele anunciados do adiamento, há concordância ressalvada essa questão da lei de esporte?

Ressalvado o veto 14 da lei geral de esporte.

Pela ordem, senhor presidente.

Senhor Randolph Rodrigues, a proposta do líder da oposição em relação ao adiamento da discussão da lei geral de esporte, de um modo geral, né?

Vossa Exelência.

Senhor presidente, pela ordem.

E que o ministro Fufuca e o líder no Congresso voltem à mesa, porque surpreendentemente saíram da mesa.

Com a palavra pela ordem, o líder Carlos Portinho.

Obrigado.

O que eu gostaria de registrar é que há todo o interesse suprapartidário.

Senador Aleila, senador Girão, senador Romário, eu, nós vimos desde a gestão da ministra

Namoser construindo acordos.

Foram dois acordos quebrados.

A gente ainda entregou, por exemplo, o fundo do esporte que foi pedido na última sessão

do Congresso e depois de entregar o fundo saíram da mesa.

Então, ou a gente vota, nossa cédula está pronta, tem apoio dos clubes, da FNPAPAF, dos atletas, tem apoio de todo o setor esportivo para derrubada da maioria dos itens.

Ou tira tudo e sobresta e volta à mesa, porque ninguém aqui está brincando com isso.

Com a palavra.

Obrigado.

Com a palavra, o líder Randolph Rodrigues.

Presidente, pelo que eu entendi, o pleito da oposição é só em relação à Lei Geral do Esporte.

É isso?

É isso, senador Flávio.

Portanto, aos demais podemos ter apreciação adiada daqueles itens que foram elencados, salvo em relação à Lei Geral do Esporte, que é a proposta da minoria, ou vota tudo

hoje ou de apreciação de toda a Lei Geral do Esporte.

Só para ver se eu não estou equivocado, o veto 46 está mantido na pauta e as saidinhas

também, né?

Sim.

Então, o veto 46...

Não, 46 de 2023, as licitações de contrato...

Prefeito, revogação da Lei de Segurança Nacional?

Continua na pauta.

Continua na pauta.

Se o líder fizer, eu posso repetir?

Por favor.

Não, só em relação à Lei Geral do Esporte, a proposta, senador Flávio.

Não, pois é, isso que eu entendi.

A proposta da minoria da oposição é somente em relação à Lei Geral do Esporte, perfeito?

Então, presidente, só um rápido esclarecimento.

Veja, em relação à Lei Geral do Esporte, alguns temas...

Na semana passada, perdão, na semana atrasada, na última sessão do Congresso Nacional, eu

inclusive iniciei a presidir uma reunião, um encontro, com a presença do ministro Fufuca

e com a presença do líder Carlos Portinho, para buscarmos o consenso em relação à

Lei Geral do Esporte.

Boa parte dos vetos que foram acordados, que se evoluiu da parte do governo em consenso,

nós trouxemos para a deliberação e foi deliberado aqui em plenário.

Esses outros temas, salvo o que foi destacado por mim, não ocorreu consenso.

Então, a posição do governo é de manutenção do veto daqueles temas que eu disse anteriormente

que não serão adiados.

Mas, obviamente, para a construção de um acordo com a oposição e para o bom andar,

inclusive, dessa sessão do Congresso Nacional, não vejo óbvio, sim, adiar toda a Lei Geral

do Esporte para a próxima sessão do Congresso Nacional.

Então, aqui essa ano, inclusive, a V.

Ex.

Pedimos o adiamento total do veto 14 de 2023.

A proposta da liderança do governo, aceita pela oposição e pela minoria, eu peço atenção,

senador Flávio Bolsonaro, seria o acordo firmado pelas lideranças com a preceção adiada do

veto 30 de 2022 do despacho de bagagem, 65 de 2022 do autocontrole agropecuário, 9 de

2023, diárias de reserva legal, 14 de 2023, a Lei Geral do Esporte, todos os votos, todos

os dispositivos.

Veto 18 de 2023, minha casa, minha vida.

Veto 46 de 2023, licitações e contratos administrativos, dispositivos 1 a 3, 6, 8 a

12 e 14.

Veto 47 de 2023, flexibilização de registros de agrotóxicos, dispositivos 9 a 17.

E 48 de 2023, o ICMS no trânsito de produtos da mesma empresa.
Esses vetos teriam uma preceção adiada.
Remanece uma ponderação do senador Randolph Rodrigues pela liderança do governo, o líder
Flávio Bolsonaro, que é referente aos vetos que não estão trancando pauta e, por isso,
não estão na pauta desta sessão.
Portanto, há concordância da apreciação dos vetos 11 de 2024, os vetos 10 de 2024
e os vetos 9 de 2024.
Só se houver concordância plena do plenário...
Desculpa.
É só o 9 e 11.
Me perdoe.
Então, o veto 11 de 2024, que é a multa por atraso do pagamento do SPVAT, e o veto
9 de 2024, a política nacional da qualidade do ar.
Há proposta para que sejam apreciados hoje.
Somente com a concordância da oposição e dos senadores deputados, nós poderíamos
incluir na pauta.
O presidente está a dar dois minutos para eu poder consultar aqui.
Perfeitamente.
Lista de oradores.
Perfeitamente.
Próximo orador inscrito, o senador Rogério Marinho.
Quer falar?
Eu vou voltar.
Senhor Presidente, senhoras e senhores congressistas.
Na verdade, gostaria até que nós tivéssemos um coro maior para falar a respeito desse
assunto, que é tão importante, que é a questão da nossa política fiscal.
Esse congresso, quando se reúne, ele se reúne normalmente para tratar desse tema.
Orçamento, de que forma vai se dar a execução das políticas públicas que foram estabelecidas
de um ano para o outro.
Na semana passada, nós estivemos aqui e assistimos um debate que foi amplamente publicizado nas
redes sociais, nas TVs, entre o senatismo, senhor ministro Haddad, e deputados federais.
Eu quero chamar a atenção dos senhores de que, claramente, o ministro Haddad, ao invés
de se preocupar com a grave crise fiscal que o Brasil atravessa, está preocupado em ocupar
o lugar do atual ministro do Supremo Tribunal Federal, o senhor Flávio Dino.
Ele quer ser o lacrador oficial da República, instituindo narrativas e desculpando-se pela
má gestão dos recursos públicos, olhando sempre para o retrovisor, em desserviço para
o país.
O senhor Fernando Haddad ingressou com uma série de narrativas que

não se sustentam.

Eu queria lembrar aos senhores que é uma diferença entre Estado e governo.

O governo é ocupado por um período cronológico de tempo, por um determinado grupo político, mas o governo tem responsabilidade pelo que aconteceu, pelo que está acontecendo e pelas ações que, por ventura, ele impertrá, que vão impactar no futuro. Essa diferença, aparentemente, o ministro Haddad não conhece. Se não vejamos a questão dos precatórios que o ministro afirma que é uma herança do governo anterior.

Rapidamente, precatórios no Brasil de 2013 a 2021 tiveram um aumento médio de 14%.

Prestem atenção, de um ano para o outro.

Em 2022, olha que coincidência, ano de eleição, ano em que terminamos o Covid, retomada econômica, desastre do ponto de vista sanitário no mundo inteiro, medidas excepcionais tomadas no ano anterior.

O Supremo Tribunal Federal, que tinha uma média de 50 a 60 milhões, Eduardo Girão,

Senador, e Omar, por ano, em 2022 consegue colocar no Orçamento da União 16.633.000.000

de reais, contra uma média histórica de 50 milhões de reais por ano.

Isso significou um aumento de 21 para 22 de 62%.

O que é que o governo, na época, fez?

Passou o Congresso Nacional, buscou o Tribunal de Contas da União, fez as tratativas e passou

um projeto de emenda à constituição que permitiu que se estabelecesse um teto de em

torno de 60 e poucos milhões de reais, bilhões de reais, e o que passasse disso fosse diferido

ao longo do tempo até 2027.

Tudo bem, em 2023, a Divocacia-Geral da União, dentro de uma ação impertrada pelo Partido

Democrático Trabalhista, pelo PDT, é a Estada-Divocacia-Geral da União que deveria proteger os interesses

dos cidadãos brasileiros, petitionou neste processo dizendo que o governo federal acreditava

que era naquela oportunidade inconstitucional que havia sido votada em 21, e que não deveria

haver o diferimento no tempo e que o governo deveria pagar a vista dos precatórios sem

desconto.

E o que é que aconteceu, senhor presidente?

Várias entidades haviam comprado, e eu vou concluir mais um minuto no março, várias

entidades haviam comprado precatórios sobre a erja da lei anterior, com desagem de 30

e 40%, e era em torno de 30 bilhões de reais, e o governo consegue a autorização do STF

para pagar 22, 23 e 24, mais de 90 bilhões, sem deságio, trazendo ao valor atual pelo

valor de face.

Nós estamos falando, senhor presidente, de mais de 30 bilhões de reais que deixaram de ser contabilizados a favor da União.

Alguém certamente foi beneficiado nessa situação, e há duas alternativas apenas, senhor presidente.

Ou incompetência, incúria, má gestão do governo do presidente Lula através de Fernando Haddad, ou má fé.

Eu fico com a primeira.

É incompetência mesmo.

Próximo orador escrito, eu havia chamado e reitero a convocação, senador Sérgio Moro.

Tem a palavra.

Boa tarde a todos os parlamentares.

Agradeço aqui a deferência do presidente do Congresso Nacional, o senador Rodrigo Pacheco.

Hoje existe uma conjunção de vários vetos importantes.

Destaco aqui especialmente os vetos feitos em relação à lei orgânica da Polícia Civil

e da Polícia Militar.

Nós temos que valorizar os agentes da segurança pública, que estão ali na linha de frente de combate à criminalidade.

Mas eu quero me deter especificamente em outros dois vetos em relação aos quais a sessão tem a maior importância.

Um deles é o projeto de lei que foi aprovado que coloca a fim às saídas dos presos do regime aberto, chamada Saidinhas.

Esse projeto foi aprovado na Câmara, foi ligeiramente alterado no Senado e, de novo, aprovado na Câmara com uma ampla maioria em ambas as casas.

Há uma reflexão muito clara e um desejo da sociedade de que esse veto seja derrubado.

Os presos semi-abertos pelo texto legislativo ficou mantida a saída dos presos temporários

para atividade de trabalho e de educação, essas atividades sim com potencial de resocialização,

mas as saídas dos feriados têm trazido uma série de sabores.

Entre elas, o fato de que parte dos presos colocados em liberdade, naquele momento, as

centenas ou milhares, parte deles não volta, e aí podemos ter uma série de discussões

sobre percentuais, mas o fato é que a polícia tem que daí se encarregar de buscar esses

presos que foram colocados em saída temporária deliberadamente pelo Estado.

Isso acaba comprometendo o serviço policial, que poderia estar fazendo ali outras coisas,

e mais, o grande problema, parte desses presos se envolvem na prática de novos crimes, como

tivemos aqui no final do ano exemplos de dois assassinatos cometidos por presos que haviam

sido liberados nessa saída temporária no feriado.
Baixo potencial de resocialização, o presidente Lula fez um desserviço ao país quando vetou essa parte do projeto de lei, quase como uma tapa na cara da sociedade pela ansiedade para que essas saídas temporárias fossem canceladas.
Não é verdade, como tem sido alardeado, que essa fim das saídas temporárias irá prejudicar presos do passado, condenados no passado, por exemplo, do 8 de janeiro, que a lei penal não retroage, salvo para beneficiar o réu, e portanto essa vedação não vai afetar os crimes pretéritos, mas apenas os crimes após a publicação da lei a derrubado do veto.
Esse é um veto importante, portanto, de ser derrubado.
Do outro lado, nós temos na lei de defesa do Estado Democrático de Direito um veto que foi feito no governo anterior, que é o veto 46, que é um veto importante de ser mantido.
Deixar muito claro, eu sou contra mentiras, sou contra falsidades, sou contra fake news, sou contra qualquer espécie de desinformação, seja ela isolada ou seja ela disseminada através de um mecanismo de difusão em massa.
Ocorre que os termos nos quais foi aprovada a lei esse dispositivo que foi vetado, ele é demais aberto.
Você não pode criminalizar uma conduta dizendo que passa a ser crime disseminar fato inverídico nas eleições.
O que é fato inverídico nessa conjuntura política, nessa conjuntura de polarização, de ampla divergência sobre a valoração dos fatos, inclusive sobre sua veracidade?
Esse dispositivo, e aqui, se aprovado, ele pode prejudicar tanto a esquerda como a direita.
Não se sabe como isso vai ser tratado no futuro, mas não se pode aceitar um tipo penal com uma redação tão aberta e com potencial enorme de representar um cerceamento à liberdade de expressão.
Então, esses dois vetos, os mais importantes, derrubar o veto do presidente Lula contra o fim das saidinhas, que só beneficiou o bandido, e do outro lado, igualmente ao risco à liberdade de expressão.
Muito obrigado, presidente.
Com a palavra o próximo orador, deputado Ivan Valente.
Senhor presidente, senhores parlamentares, culpa à tribuna para falar sobre o veto 8 pela manutenção do veto do presidente Lula e, a partir daqui, discutir o que é a política de segurança pública que está sendo feita e pregada no nosso país.
E traduzir isso para o que está acontecendo no estado de São Paulo,

que é a milicianização da polícia militar e a fascistização do governo do senhor Tarassi de Freitas.

Primeiro, falando sobre o veto, é evidente que o que foi feito foi um retrocesso civilizatório na lei de execução penal.

Por quê?

Não vale para crime hediondo, com resultado morte.

É só bom comportamento, é regime semi-aberto, entende?

É 95% voltando para lá e é o seguinte, é quem quer explosão de cadeias no nosso país,

é quem quer manter essa questão das saidinhas.

E aí eu vou para a política de São Paulo, onde nós tivemos um verdadeiro massacre na

baixada santista com quase 90 mortos, entende? sem perícia, usando o SAMU para transportar mortos, licença para matar.

E o governador simplesmente falou assim, não quer ouvir a ONU, nem os direitos humanos

e que vão por raio que o parta.

E mais, ele não quer as câmeras corporais.

Hoje mesmo o ministro Lewandowski faz uma entrevista coletiva padronizando o uso de câmeras corporais.

Por quê?

Porque a lógica bolsonarista é a licença para matar, é a impunidade.

E isso preservaria a própria PM, entende?

Então, é óbvio que o que ele fez é o seguinte, ele não aguentou a pressão das câmeras corporais,

que estão no mundo todo, estão na maioria dos estados.

E aí o que ele fez?

Ele deu licença, é para o PM desligar a câmera na hora da ação.

E nós não estamos falando, deputado Tarcísio, da intimidade, isso está contido no relatório

do Lewandowski, entende?

Mais do que isso, ele está lá instalando em São Paulo as escolas cívico-militares,

inclusive carregou o prefeito, que é o candidato bolsonarista da capital, para escolas cívico-militares,

que entre dezenas de milhares de escolas temos 200 delas.

E São Paulo vai fazer 50.

O que é isso aí?

É pedagogia do processo de costumes.

É o PM para mandar o aluno cortar o cabelo, para reprimir, para substituir o profissional

de educação, porque um PM aposentado lá vai ganhar o dobro do piso, que é o que ganha

a maioria dos docentes das escolas públicas de São Paulo e do Brasil, menos ainda do

Brasil.

Então, para que isso aí?

É propaganda para dizer, é disciplina, é ordem, é repressão?

É essa a proposta.

Eu finalizo, presidente, falando disto aqui.

Uma associação de PMs do Estado de São Paulo simplesmente convocou um congresso de PMs da Ativa, 300 PMs, site Metrópole, está dizendo o seguinte, 300 PMs da Ativa, convidaram o governador e o secretário de RIT, que é deputado, que veio aqui relatar, saidinha, para participar e mais cinco deputados federais, todos bolsonaristas. Vejam, eles se tornaram um partido político. Eles não são mais polícia de Estado, eles são polícia de governo. Soma isso com os caques e nós temos a miniscivilização. Afastaram 34 coronéis e mais. Estão escanteando a polícia civil. Eles querem criar uma força de ataque, de repressão. E nesse sentido, nós questionamos e o Metrópole também, nós mandamos o requerimento. Aí é o silêncio, porque a associação de subtenentes e sargentos falaram que o governador e o secretário vão comparecer essa atividade. Isso é formação de partido político, é desvio de função, entende? Isso é uma vergonha. E o Ministério Público precisa agir, precisa fechar, precisa processar o governo de São Paulo, que viola de todas as maneiras os direitos humanos, por um único motivo. Ele quer ganhar voto com isso. Não é eficiência da segurança pública, não é a defesa dos direitos civis, nem dos direitos humanos. Política de matança, essa política de licença para matar, essa política fascistoide, e que está contida também no veto 8. Nós deveríamos, era derrubar mais do que isso. Eles estão querendo matar a lei de execuções penais, que é feita por especialistas. E eu fico com vergonha que o juiz de direito venha defender isso aqui no plenário do Congresso Nacional, vergonha nacional. Obrigado, presidente. Vergonha nacional fascista. Próximo inscrito, senador Eduardo Girão. Paz e bem, senhor presidente, muito obrigado. Quero também fazer aqui uma saudação a todos os colegas aqui do parlamento e dizer que hoje é um dia histórico. Hoje é um dia que o Brasil todo está olhando para nós e eu fico feliz em estar vendo aqui o plenário cheio, os parlamentares que vieram aqui participar dessa votação que vai repercutir por gerações, senador Marcos Pontes, por gerações. Eu nunca vi, desde que cheguei aqui, cinco anos e meio atrás, tanta mobilização, deputado Caveira, como eu estou vendo na sociedade em relação ao veto 46, a manutenção legítima

do veto.

Eu quero lembrar os colegas como isso foi votado, de que forma, durante a pandemia, memória não pode ser curta.

Com uma audiência pública com apenas seis palestrantes, olha a gravidade do assunto, deputada, minha querida Adriana, votar da toque de caixa algo que pode colocar pela opinião pessoas na cadeia por cinco anos.

Nós já temos 61% da população, segundo pesquisas recentes, com medo de se manifestar.

E hoje nós vamos colocar nossa digital, se esse país ainda tem algo de democrático,

ou se ele vai fazer como Venezuela, como Nicarágua, porque a história está aí mostrando a perseguição política, senador Portinho, nesses países.

E dentro do veto 46 também, nós temos as algemas que vão sair dos criminosos e vão para os policiais militares.

Se nós não mantivermos o veto com relação às manifestações ditas pacíficas, e que de pacíficas não tem nada, porque do jeito que está, a pessoa vai poder invadir uma fazenda pacificamente.

Isso já está acontecendo nesse governo irresponsável, perdulário que a gente está vendo.

Imagina instituindo isso.

Pacificamente, vai-se bloquear uma estrada e sabe o que é que a polícia vai poder fazer?

Nada.

Nós precisamos, senador Cletinho, dar um exemplo aqui que valorizamos a ordem nessa nação.

A democracia, fake news, todo mundo é contra, contra a mentira, claro, mas você criminalizar dessa forma como está, quem é que vai dizer o que é verdade e o que é mentira?

É o governo Lula que propaga fake news?

Aí a NTT que mostrou as denúncias do povo gaúcho, mostrando que estava sendo multado

caminhões com mantimentos, senador deputado Abelhaquiz, com doações de todo o Brasil

que está irmanado com o Rio Grande do Sul nessa catástrofe da nação e estava sendo multado mesmo.

Não era fake news, não, graças a Deus nós temos as redes sociais, que é a informação

democratizada, não é ninguém que manda de cima para baixo dizer qual é a versão,

qual é a narrativa.

Então hoje é um dia histórico para essa nação, que a gente possa, com altivez, acredito

até, quem sabe, por maioria esmagadora, esmagadora dos partidos políticos do Brasil, dando uma

resposta para uma sociedade que está com medo, que está aflita com a caçada liberdade

de expressão, que está repercutindo no exterior, com a ditadura que a gente já vive no Brasil, com alinhamento político e ideológico entre ministros do STF e o governo Lula.

Você imagina se for instituído essa questão aqui do veto 46, se ele for derrubado.

Temos o dever moral de manter esse veto.

Que Deus abençoe essa nação.

Muito obrigado.

Próximo inscrito, deputado Rogério Correia.

Presidente Rodrigo Pacheco, uma honra poder estar com vossa silêncio.

Bom dia, presidente.

Eu sou o presidente da presidência e me dirigi ao povo brasileiro aqui no Congresso Nacional.

Presidente, eu também ocupo a tribuna hoje para falar de um assunto importante, que é

a questão do preço de arroz, onde o presidente Lula, inclusive, se disse indignado com o preço muito alto do arroz.

E a partir daí, ao invés de dizer que não está nem aí, que não liga para a fome do

povo ou que ele não é camponês, o presidente, diferente daquele antepassado, que a gente

não gosta de usar o nome, o inelegível, o presidente Lula preocupado com isso procura

saídas, soluções, especialmente com a crise que nós vimos agora no Rio Grande do Sul,

que eu quero mais uma vez nos solidarizar com o povo do Rio Grande do Sul, com os gaúchos.

E o presidente comprou um milhão de toneladas de arroz e vai vender por R\$ 4 o quilo.

Ora, uma medida que devia ser aplaudida por todos e todas brasileiros, e em geral está sendo aplaudida.

Mas agora, a ação que visa garantir o abastecimento e visa reduzir o preço do produto, que estão,

repito, afetados pelas mudanças climáticas, porque o Rio Grande do Sul corresponde 70%

da produção nacional de arroz e teve muita perda, essa compra de um milhão de toneladas

vem exatamente para regular esse estoque, algo, portanto, que é uma medida salutar

do presidente da República.

Os estoques reguladores, para dizer a verdade, existiam desde 1906.

E adivinha, ganha uma bala quem é de me ar, quem é que acabou com esta política reguladora

que vem desde 1906?

Quem falou Jair Messias Bolsonaro, o responsável por acabar com estoque reguladores, acertou,

vai ganhar uma bala.

Só podia ser, mas não é bala de atirar nos outros não, como gostam

os bolsonaristas.

Eu falei bala de chupar, goma de chupar, que dá um sabor doce na boca.

Não é a bala de atirar, calma, porque o bolsonarista falou em bala já pensa em violência.

É a única coisa que sabem pensar e fazer.

Mas, pois bem, ele, Jair Bolsonaro, acabou com estoque regulador. Presidente Lula volta com a política para reconstruir o Brasil e combater a fome.

O que fazem os bolsonaristas, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senadores e senadoras?

Espalham fake news.

Eu vi um senador agora falar de fake news e dizer que é o governo que espalha fake news.

Dá um Google aí e vê "fake news do arroz".

Vocês vão ver bolsonaristas dizendo que tem chips, deputada Erika Cocai, no arroz.

Está cheio aí de fake news dizendo que tem chips no arroz.

Deve ser chip comunista no arroz.

Você come o arroz e vira comunista.

Estão espalhando aí os bolsonaristas.

Tem outros fake news, pior ainda, porque esse faz mais mal ainda.

Estão dizendo que tem lumbriga e verme no arroz.

Que o presidente Lula então iria vender arroz com lumbriga e verme que é para não comprar

o arroz de 4,50, para comprar arroz mais caro que o agronegócio quer vender mais caro.

O agrofascista, não é qualquer agro não, estou falando do agrofascista.

E diz que o arroz que vem da China é um arroz de plástico.

Então não compre o arroz da China que ele é de plástico.

Esses são os fake news que os bolsonaristas estão espalhando.

Eles sempre espalham fake news para o mal.

E basta olhar quem está espalhando fake news, que o Alexandre Moraes já deve estar com um

bom apanhado de quem faz e espalha fake news para que o produto brasileiro fique mais caro

e que o abastecimento não sirva ao povo mais pobre.

Portanto, pessoal, não caia em fake news.

A política do presidente Lula de regulação do preço é justa e o arroz ao valor de 4,50,

que ele está, de 4 reais, desculpe, que está sendo colocado à venda, vai ajudar muito

o povo brasileiro.

Aproveite para dar uma outra boa notícia.

Também, presidente, no campo da educação que nós conseguimos também sair do fundo

do poço da época da pandemia e agora a nossa educação já consegue o nível de alfabetização

que voltou a subir e 56% já aprenderam a ler e escrever na idade certa.

Tinha havido uma queda na pandemia, porque na pandemia também nós vimos ações bolsonaristas

para prejudicar o povo brasileiro.
Fake news é com bolsonarista.
Isso todo mundo já achava, inclusive, o chandão.
Próximo inscrito, deputado Bongas.
O tempo de liderança, seu presidente.
Ah, perdão.
Eu peço a compreensão do deputado Bongas, se eu havia me comprometido em dar a palavra pela liderança...
Pela minoria na Câmara, deputado Dabia Kissis.
Muito obrigada, seu presidente.
Colegas, peço a atenção dos senhores, assim como tenho certeza que o Brasil está atento a esta sessão do Congresso Nacional.
Basta ver a mobilização que tem sido feita nas redes sociais pela manutenção do veto 46, senador Girão, 46/21, porque temos um outro veto, 46/2023, que é um outro assunto.
Mais o 46/21, que é conhecido como o veto da liberdade.
Esse veto precisa ser mantido, porque caso ele seja derrubado, o que acontecerá será que de forma transversa se criará o crime de fake news e as opiniões passarão a ser criminalizadas.
Uma pessoa que compartilhe uma notícia, por exemplo, que seja taxada de fake news, poderá pegar até cinco anos de cadeia.
Mas o que nós estamos acompanhando há muito tempo, e vimos na campanha eleitoral, por exemplo, foi que quando nós dizíamos que o Lula era amigo de ditadores como Ortega, como Maduro, isso era taxado por fake news, vinha lá o carinho, a gente era multado pela justiça eleitoral, a página derrubada.
E aí depois, Lula, uma vez sentado na cadeira do Planalto, fez o quê?
O Maduro, que é um criminoso internacional, não pode sair da Venezuela, mas veio ao Brasil recebido com o tapete vermelho.
Ortega, que persegue religiosos, também recebe todo o apoio do Lula.
O Brasil não se manifestou, não assinou o repúdio feito por vários países democráticos contra Ortega.
Então o que é fake news?
É o que querem que seja.
Fake news, minha gente, são verdades e inconvenientes, como as que tem acontecido no caso do Rio Grande do Sul, pessoas mostrando ali, pessoas de carne e osso, mostrando caminhões ando parados, se exigindo nota fiscal para doação.
Aí vem o governo, diz que é mentira e que vai perseguir as pessoas que estão divulgando fake news.
Aí vem a Rede Globo, que quer o monopólio da informação, e ataca

essas pessoas.

Aí vem o SBT, desmancha tudo, mostra por uma mais bem entrevista uma pessoa que estava num caminhão que foi parado e exigido a nota fiscal.

E depois a agência reguladora toma uma medida, edita uma norma para regular, ou seja, reconhece que estava acontecendo isso.

Além disso, além de se criar aí um comitê, um ministério da verdade, ainda por cima

dos partidos políticos, caso o Ministério Público não queira denunciar alguém por

causa de uma postagem, o partido político vai poder mover uma ação penal privada.

Olha que maravilha!

O PT, por exemplo, que adora perseguir seus opositores, com a quantidade de aparelhamento

que tem, advogados, recursos, tanta verba desviada, vai poder ficar fazendo uma perseguição

judicial, um assédio verdadeiro, assédio judicial aos opositores, e isso vai acabar

com a paz daquelas pessoas que quer simplesmente falar, mostrar a verdade ou dar a sua opinião

nas redes sociais.

Outra coisa gravíssima são os policiais que não poderão atuar em manifestações,

por exemplo, de grupos sociais que se dizem pacíficos, mas que depredam, que invadem

prédios públicos, como já fizeram, e não estou falando de 8 de Janeiro, não, estou

falando tantas vezes que já invadiram esse Congresso Nacional, quebraram, depredaram.

Então essa lei pode ser muito... esse veto precisa ser mantido porque essa lei pode ser

extremamente perigosa e criar situações, essas sim, totalmente antidemocráticas.

Quero falar também do veto da Saidinha, que é o veto número 8. Esse precisa ser mantido.

Estão dizendo aí "ah, mas se esse veto for mantido, isso vai prejudicar os presos de

8 de Janeiro, a Defensoria está divulgando isso".

Meus amigos, os presos de 8 de Janeiro não têm direito a devido processo legal, os seus

advogados não têm acesso aos atos, vocês acham mesmo que eles vão ter direito à

Saidinha, quem vai se beneficiar da Saidinha são os bandidos de sempre, traficantes, estupradores,

pessoas que sempre se beneficiaram desse sistema e iam para a rua para voltar a delinquir.

E é por isso que essas pessoas que praticam atos violentos contra pessoas não podem,

de forma alguma, ter esse benefício.

Então pela manutenção do veto 46, a derrubada do veto número 8.

Muito obrigada.

Próximo inscrito deputado Bongas.

Senador Marcos Rogério.

Senhor Presidente, senhoras e senhores congressistas.

Senhor Presidente, hoje é um dia importante para o Brasil porque nós vamos votar matérias

que são matérias sensíveis no plano nacional.

Um tema é a questão da Lei de Segurança Nacional, o veto 46, que trata da tipificação

dos fake news, a criminalização da fake news.

E a gente vai votar essa matéria, essa matéria foi vetada pelo ex-presidente Bolsonaro e

eu já adianto que o meu voto vai ser pela manutenção do veto do presidente Bolsonaro, porque a

gente está vivendo um momento hoje onde os conceitos de desinformação de fake news

ele depende de uma variável.

A variável de onde vem.

Se a origem do conteúdo é de um campo político diverso daquele que comanda o país hoje, então

é desinformação, é fake news, tem que criminalizar.

Mas quando o conteúdo tem origem no campo político daqueles que governam o país, aí

não tem fake news, aí não tem desinformação, aí é liberdade de expressão.

Então nós não podemos criar um instrumento que vai colocar cabresto, censura ao povo

brasileiro.

Então eu adianto que a minha posição será votar pela manutenção do veto ao item 46

que trata das fake news e da desinformação.

Obviamente que ninguém defende conteúdo que seja mentiroso, que seja de desinformação,

mas não podemos criar um mecanismo para colocar cabresto, censura.

E pior, nós vivemos um momento em que se pratica censura numa extensão maior.

Não apenas censura em relação a conteúdo, mas censura prévia quando se inutiliza, quando

se tira a liberdade de alguém através de um perfil social fazer suas publicações.

Isso é censura prévia.

Uma coisa é você enfrentar um conteúdo que tenha, de repente, índole criminosa e

a par dos instrumentos legais que tem, você determinar a retirada desse conteúdo.

Outra coisa muito diferente é você determinar o bloqueio de páginas, de perfis, isso é

censura prévia, incompatível com a Constituição de 88.

Nós defendemos liberdade ou então nós não temos liberdade no Brasil e a garantia de

liberdade de informação, liberdade de imprensa, liberdade de expressão são pilares da democracia

no Brasil.

Outro tema, senhor presidente, que nós vamos enfrentar hoje é o veto, senador Flávio

Bolsonaro, à saidinha.

O Congresso Nacional votou o fim da saidinha no Brasil, o presidente Lula vetou e agora

os congressistas vão enfrentar essa matéria.

Eu estava ouvindo aqui no plenário alguns burburinhos, algum pé de orelha de alguém

dizendo "não, não vote a favor da derrubada do veto da saidinha, porque isso pode prejudicar

os presos do 8 de janeiro".

Ora, eu acho que alguém faltou a aula de direito penal, porque se tratando de matéria

penal você não tem os efeitos retroativos de matéria penal quando para enquadrar numa

reprimenda ou numa sanção maior ao denunciado, com coisa que deputados e senadores fossem

ignorantes do ponto de vista da validade da norma jurídica.

Embora vivemos tempos em que há relativização da garantia na sua extensão maior do conjunto

normativo do Brasil.

E digo isso sustentando que inclusive no campo constitucional, mas então, senhor presidente,

ainda que assim o fosse, ainda que assim o fosse, não usaríamos um instrumento como

esse em razão de uma situação em que teremos que em algum momento revisitar a questão

da separação do joio e do trigo no 8 de janeiro, mas não usaríamos jamais esse expediente

para abrir mão de algo que é essencial ao Brasil, a defesa da nossa sociedade.

Portanto, senhor presidente, o meu voto vai ser pela derrubada do veto da saidinha.

Então, eu conclama que os colegas congressistas que votemos com consciência, com maturidade,

com segurança de que estamos legislando em defesa do Brasil e dos brasileiros.

Muito obrigado, senhor presidente.

Próximo escrito, deputado Carlos Zaratini.

Obrigado, senhor presidente.

Deputados, deputadas, senadores e senadoras, nós estamos aqui hoje para discutir um conjunto

de vetos que se iniciam lá em 2021 com o veto do ex-presidente

Bolsonaro ao projeto da lei

do Estado Democrático, lei que veio substituir a lei de segurança nacional.

Depois de tantos anos, foi enterrada em 2021 e substituída por uma lei que visa preservar

o Estado de direito, o Estado Democrático.

Mas é interessante a gente ver que o então presidente da República já previa alguns

atos que aconteceriam mais à frente, como, por exemplo, o mar de fake news em campanha

eleitoral.

E, então, o presidente resolveu vetar um artigo que previa como crime a promoção ou financiamento

de campanha ou iniciativa para disseminar fatos que sabem verídicos

e que fossem capazes
de comprometer o processo eleitoral.
Ora, vetar as fake news, essa é exatamente a coisa que ele tentou
fazer.
Prenhava punição a quem dissemina fake news no processo eleitoral.
É um absurdo.
Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral já fazem isso
e é importante que
isso esteja numa lei muito bem claro, como está aqui expressa nessa
lei do Estado Democrático
de direito.
Também, aquele projeto, aquela lei aprovada aqui pelo Congresso
Nacional, prenha punição
para quem pedisse de forma violenta manifestações pacíficas.
E eu quero lembrar aqui do famoso massacre de Eldorado do Carajás,
onde dezenas de pessoas
foram mortas pela polícia militar.
Nós precisamos evitar que isso aconteça.
O direito de livre manifestação é sagrado e tem que ser punida
qualquer repressão violenta
contra esse tipo de livre expressão democrática e pacífica.
Também nessa lei aprovada, se previu aumento de pena de um terço nos
casos de crime contra
o Estado Democrático de direito, quando cometido com violência ou
grave ameaça com emprego
de arma de fogo.
E também o aumento da metade da pena quando fosse cometido por
militares.
Ora, o que se propõe aqui é exatamente impedir que qualquer
manifestação antidemocrática
se utilize de armas ou da força de militares.
Esses vetos, eles foram feitos claramente, com o sentido de se
proteger pelo então presidente
Bolsonaro.
E hoje é função desse Congresso derrubar esse veto.
Derrubar esse veto e a gente fazer vigorar na sua plenitude aquilo
que foi aprovado pelo
Congresso Nacional, aquilo que foi debatido por todos os partidos e
que se tornou uma lei.
Por fim, quero dizer também que nós precisamos aqui ter clareza do
que nós vamos votar em
relação a essas saidinhas.
Ora, o que foi vetado pelo presidente Lula é exatamente a proibição
de que aqueles
presos no regime semiaberto, não estamos falando aqui do regime
fechado, aqueles que
estão no regime semiaberto possam fazer a saída da cadeia em
momentos para visitar
a família.
É estranho, porque esse mesmo artigo foi aprovado e sancionado que
os presos em regime
semiaberto podem sair para trabalhar, podem sair para estudar, mas
se proíbe que eles
possam visitar as suas famílias.

Isso é um verdadeiro absurdo.

Vai contra todos os processos de resocialização que a gente tem que ter para que a gente possa reduzir a violência em nosso país.

Querer fazer impedir que o preso visite sua família aquele que já pode sair para trabalhar

e sair para estudar é um verdadeiro absurdo.

Portanto, nós precisamos manter esse veto para garantir esse direito daqueles que estão

evoluindo nas suas penas, para aqueles que estão cumprindo as suas penas e que em breve

vão estar fora das prisões.

Muito obrigado, Sr.

Presidente.

Presidente, pela ordem.

Com a palavra pela ordem, o líder do governo, o Senador Randolpho Rodrigues.

O presidente, para checar com o colega Flávio, o líder da oposição, sobre o seguinte

cambiamento para acordo.

O adiamento do veto 46 de 2023, licitações e contratos

administrativos e o voto por destaque

no painel do veto 48 de 2023, isenção de CMS no trânsito e produtos da mesma empresa.

E sobre os vetos que não trancam a pauta, apenas para votar o veto 11 de 2024 sobre

multa por atraso no pagamento do SPVAT.

Perfeito, presidente.

Palavra o líder da minoria, Senador Flávio Bolsonaro.

Presidente, sobre muitos protestos da minha líder, grande Teresa Cristina, a oposição

está aceitando o acordo, só uma dúvida procedimental.

Nesse veto que vai ser incluído o que não estava trancando a pauta, a votação vai

ser no painel, porque não dá para botar mais na...

É, exatamente, será no painel.

Nós concordamos em não adiar, então aceita o destaque e vai a voto no painel.

Senadora Teresa Cristina.

Presidente, Rodrigo Pacheco, esse veto 46 de 2023, não vamos confundir, que tem dois

46 hoje na pauta, o 46 de 23 vai ser adiado sob meus protestos, porque tínhamos um acordo

feito aqui entre eu e o senador Marcelo Castro para que fosse votado hoje, mas vamos fazer

para a próxima sessão do Congresso.

Mas eu gostaria de uma data, porque nós temos uma data de 20 de junho em que o confas, o

acordo com o confas cai, e...

Desculpe, desculpe, mas nós temos aí um veto 46 que é

importantíssimo para as prefeituras,

para que as nossas emendas possam chegar até o final, beneficiando a ponta dos municípios,

dos municípios, então eu gostaria de ouvir do senhor, até o final

dessa sessão, uma data para a próxima sessão do Congresso, para começo de junho, conforme conversamos.

Muito obrigada.

Presidente, pela minoria, por favor.

Sobre o deputado Eli.

Presidente, apenas confirmando com a sua assessoria que no destaque 48 a 52 haverão duas votações

e o PL retira o 164, porque está na cédula.

É isso mesmo, não é?

Nossa excelência quer que vote separadamente...

É separado porque são votos que um não tem nada a ver com o outro, não é?

O que eu falei com a vossa excelência aí agora mesmo.

Nós vamos votar em globo todos os dispositivos, a exceção do dispositivo...

48 a 52.

Ok.

Tá bom.

Ótimo, obrigado.

Líder, Randolph Rodrigues.

Presidente, só em relação à consideração da senadora Tereza, ao que eu agradeço, inclusive,

o diálogo e a compreensão até agora em vários temas, desde a sessão do Congresso Nacional

passada, nós temos avançado, ao compromisso dessa liderança em avançar, inclusive, parte

desse veto 46, um dispositivo em especial, os...

Aliás, em especial os dispositivos, o 45713 desse veto 43, 46, perdão, foram derrubados

na sessão anterior a partir de entendimento que construímos.

Tentamos avançar com o governo no sentido dos demais dispositivos, não foi possível,

mas tem o compromisso dessa liderança em avançar no entendimento nos temas remanescentes em

relação ao veto 46 de 2023, que neste momento fica adiado.

Líder Flávio Bolsonaro, líder Randolph Rodrigues, eu peço a atenção do plenário para que

possamos anunciar o acordo feito pelas lideranças.

Presidente.

Pela liderança do governo e liderança da oposição?

Pois não, deputado.

Pela ordem.

Merlon Solano, vice-líder da Federação PT, PC do BPV.

Com a palavra, deputado.

Mas devido à autorização do nosso líder, da UICUNIA, para anunciar que, com vistas

à maior aceleração dos trabalhos e da seguimento ao acordo geral feito, nós estamos retirando

o destaque feito ao veto 45 de 2023.

Muito obrigado, deputado Merlon e Solano, pela liderança do PT.

Eu peço a atenção do plenário, líder Randolph, líder Flávio

Bolsonaro, demais líderes, para

que possamos informar que, seguindo o acordo firmado pelas

lideranças, eu peço a atenção do plenário, segundo o acordo firmado pelas lideranças, serão adiados os seguintes vetos.

30 de 2022, despacho de bagagem; 65 de 2022, autocontrole agropecuário; 9 de 2023, áreas de reserva legal; 14 de 2023, lei geral do esporte; 18 de 2023, minha casa, minha vida; 46 de 2023, referente a licitações e contratos administrativos, dispositivos 1 a 3; 6, 8 a 12 e 14.

Tem apreciação adiada do veto 47 de 2023, flexibilização de registros de agrotóxicos, dispositivos 9 a 17.

Permanecem na pauta da sessão.

46 de 2021, revogação da lei de segurança nacional; 26 de 2023, atualização do Código Penal Militar.

36 de 2023, exercício cumulativo de defensores públicos; 39 de 2023, lei orgânica nacional das polícias civis; 41 de 2023, lei orgânica das polícias e bombeiros militares; 45 de 2023, regularização fundiária na Amazônia; 48 de 2023, ICMS de produtos de mesma empresa;

Veto 1 de 2024, LDO 2024; Veto 4 de 2024, lei orçamentária anual de 2024; 8 de 2024, referente a saídas temporárias.

E por acordo, o 11 de 2024, multa por atraso no pagamento do SPVAT, incluído, portanto, após o acordo de lideranças.

Senador Flávio Bolsonaro.

Só para confirmar, para que não haja malinterpretações, aí estão destacados os vetos 46 de 2021 e o veto 8 de 2024, não é isso?

A presidência esclarece que há os seguintes requerimentos de destaque.

Peço atenção do Plenário.

O destaque do veto parcial 46.21, 8 dispositivos, todos destacados, lei de segurança nacional e crimes contra o Estado democrático de direito.

É um requerimento da Federação PSOL, Rede, na Câmara dos Deputados.

Também o veto parcial 39.23, 38 dispositivos, um destacado, lei orgânica nacional das polícias civis, do PL no Senado Federal.

E o requerimento de destaque do veto parcial 1.24, 310 dispositivos, 288 destacados, da LDO 2024.

Também destacado, o veto parcial 8.24, dois dispositivos, todos destacados, a restrição da saída temporária de presos, Federação Brasil da Esperança, na Câmara dos Deputados.

O destaque também do veto 48 de 2023, o ICMS de produtos de mesma empresa, do PP do Senado, a todos os dispositivos.

E há o requerimento do deputado Eli, em relação à LDO, que o item

anunciado por ele será
votado apartado.

Então, o acordo dos vetos adiados, dos vetos mantidos e dos vetos
destacados foi agora anunciado
pela presidência por acordo de liderança.

Só uma questão de forma para encaminhamento.

Há acordo pela manutenção do veto 11/2024, que é a multa por atraso
no pagamento desse
PVAT.

Por óbvio, como não é um veto que trancava a pauta, a apreciação
deste veto, e aí eu
sugiro por acordo pela manutenção do veto, por óbvio que seja,
necessitará ser no painel.

Perfeitamente, de fato, como a Cédula já havia sido encaminhada,
esse veto que foi incluído
por acordo, extra pauta, será então também no painel, mas o acordo
de manutenção do
veto.

Deputado Alberto Fraga, sem querer abusar da sua bondade, mas eu não
ouvi direito os
vetos da lei orgânica das polícias militares e de corpo-bombeiro.
Vossa excelência poderia...

Podemos repetir, deputado Alberto Fraga, peço atenção do plenário a
pedido do deputado
Alberto Fraga.

Há um destaque do veto 39/2023, a lei orgânica nacional das polícias
civis.

É um destaque do PL no Senado, ao dispositivo 34.

Polícia Militar.

Esse é da Polícia Civil.

Há destaque da Polícia Militar?

Não há destaque em relação à lei orgânica das polícias militares e
bombeiros militares.

Não há nenhum destaque?

Não há destaque, deputado Alberto Fraga.

Ok?

Então nós anunciamos os vetos que tiveram a prestação adiada, os
vetos serão mantidos
e os vetos destacados.

Se você nos permite, só cinco minutos para a conferência.

Perfeitamente.

Seguimos com a lista de oradores.

Deputado Pedro Lupion.

Apenas nós conversamos longamente com o líder Randolph e Senadora
Tereza sobre o que nos

cabia em relação a isso, tratamos de diversos pontos.

Eu fico uma dúvida, uma pergunta apenas.

Esses destaques que Vossa Excelência anunciou serão mantidos
durante a sessão e nós vamos
votar nominalmente esses itens.

Há o compromisso de manutenção desses destaques?

Salvo se houver a retirada dos requerimentos de destaque.

Eu consulto nesse momento os senhores autores do destaque sobre a
manutenção.

Se há um acordo, a retirada do destaque também tem que ser por acordo.
É feito.
É por isso que eu estou consultando o plenário.
Nós estamos entabulando o acordo.
Em relação aos autores do destaque, se mantém os destaques também por acordo.
Então o senador Randolph pediu cinco minutos.
Todos os autores do destaque podem examinar se manterão os destaques para que nós possamos anunciar os acordos.
Do que vai ser votado na cédula, do que vai ser votado destacado, do que vai ser adiado à apreciação e do que vai ser mantido na votação de hoje.
O senador Chico Alencar é o próximo orador.
O senador Alencar é o próximo orador.
Obrigado pela paciência, presidente, colegas de representação.
O papel do parlamentar é devolver à população aquilo que dela recebe como senso comum.
A questão da insegurança pública é algo que chicoteia todos nós, toda a população.
Há que se elaborar políticas públicas continuadas que não se restringem apenas ao papel repressivo, coibitivo, mas que incorporem a possibilidade de ascensão a direitos como educação e cultura para a população, especialmente a mais desvalida.
Por que eu trago essa reflexão aqui?
Porque nesse contexto se insere também a política penitenciária.
Todos sabemos que a política penitenciária no Brasil é uma sementeira de novos criminosos.
A nossa população carcerária hoje, no regime fechado, tem 340 mil, 365 pessoas, no semiaberto 182 mil e 71 seres humanos e desses há nada menos que 209 mil 188 presos provisórios.
Um universo de 834 mil pessoas que a gente tem que olhar dentro do contexto de uma profunda reformulação de políticas públicas para que o nosso sistema penitenciário não seja medieval como é, bárbaro como é, violentador como é.
Agora, a questão das saídas temporárias, e é bom lembrar, o presidente Lula não abriu as saídas temporárias para toda essa população, pelo contrário, ele restringiu e deu aval a um endurecimento da execução penal, na medida em que ela, dentro da ideia que todos aqui suponho defendem, da possibilidade da ressocialização, restringe essa saída temporária aqueles que estão no regime semiaberto, aquele universo que eu citei aqui, aqueles que não foram condenados por crimes hediondos, homicídios, aqueles que têm bom comportamento e que têm a autorização do juiz da execução penal, ouvidos o Ministério Público e a administração penal.

Vetar tudo isso, abrir só para quem vai trabalhar, estudar e não possibilitar o convívio familiar, que é o que mais tem chances de resocializar o apenado, é aumentar a violência.

Ao contrário do que o senso comum imagina, é agregar tensão, revolta, indisposição.

Portanto, a gente está desvirtuando a ideia própria do sistema penitenciário se coibir

a saída temporária desse jeito, se não acolhê-la com as limitações que estão agregadas agora.

O presidente da República não vetou tudo quanto às restrições às saídas temporárias.

Portanto, eu peço a consciência de todos, inclusive o humanista, todos os que se dizem

cristãos e que têm um trabalho, inclusive, nas penitenciárias de resocialização, de acolhida.

Admirável, sim, porque são considerados o rebotalho humano, aqueles que devem morrer.

Está errado isso.

Qualquer país do mundo tem política penitenciária porque tem violência, tem crime, tem justiça, às vezes injusta, e tem o seu sistema de punição.

Portanto, vamos acolher isso.

Por fim, presidente, só para lembrar, o Rio de Janeiro vive a tragédia da gangsterização

da política, as revelações do assassino confesso de Marielle Anderson.

Sr. Rony Lessa revela um quadro de metástase na política do Rio de Janeiro, e isso tem

que ser apurado com rigor.

Não é só os irmãos brasão, não são só aqueles aparentemente indicados como delegado rival.

Há uma rede de cumplicidades, inclusive de partidos políticos, de negócios imobiliários

exclusos, toda uma trama econômica de controle de território, de curral eleitoral, que precisa

ser combatida com muito vigor por todos os que têm espírito republicano.

É nesse sentido que a gente apela que todos se somem no combate ao crime de uma maneira

geral e politicamente.

Obrigado, presidente.

Não sei se errei.

Com a palavra, a próxima oradora, deputada Adriana Ventura.

Bom dia, presidente.

Bom dia, presidente.

Caríssima líder, só um minuto.

Não, presidente, só para encaminhar, nos temos do que foi aqui dito acordado.

Então, reiterando, adiamento do veto 46 de 2023, licitações e contratos, votação no

painel por destaque do veto 48 de 2023, isenção de CMS, e votação por acordo do veto 11 de 2024, multa por atraso do SPVAT.

Líder Randolph, há uma dúvida de alguns líderes, senadores e deputados em relação

ao que compreenderia também o acordo em relação à votação por destaque, para evitar o acontecimento

de alguém retirar o destaque e não ser votado por destaque.

Não, da parte da liderança do governo, dos partidos da base do governo, os destaques feitos

estarão mantidos.

Mantidos, aí salvo unanimidade de entendimento para a retirada do destaque.

Salvo unanimidade de entendimento, e obviamente, salvo unanimidade de entendimento pela manutenção do veto 11 de 2024.

E em relação à preocupação do líder do governo, o santo Rogério, quanto à orientação

de manutenção do veto 11, não é isso?

A presidência, desculpe, desculpe, deputada Adriana Ventura tem a palavra.

Pode falar, presidente, você quer dar um recado, não tem problema.

Não, eu ia abrir a votação, é vocês que têm a palavra.

Obrigada.

Caros colegas, hoje nós temos dois vetos que são muito importantes para o Brasil.

E eu vou falar especificamente do veto 46, porque é um assunto que vai, que volta,

e ele tem o poder nefasto de calar parlamentares, de fazer com que policiais não exerçam o

seu papel, de fazer inclusive que cidadãos tenham medo de expressar sua opinião.

Então, na verdade, o histórico desse veto, ele já foi amplamente debatido por vários

parlamentares aqui, mas ele criminaliza pessoas que passam a emitir opiniões, informações

falsas.

Agora, o que a gente precisa ver aqui é quem é o todo poderoso ser divino que vai deixar

claro o que é informação falsa.

Porque uma coisa é falar que vai criminalizar a informação falsa.

Outra coisa é falar quem vai ser aquela pessoa iluminada, o ser iluminado, que vai falar

que isto é falso ou não.

Isso para a nossa democracia, para aqueles que adoram falar que defendem a democracia,

tem o poder nefasto, porque vai limitar o debate público de uma maneira que muitos

não vão se expor.

As pessoas vão ficar com medo de emitir opiniões e isso tem pena de prisão.

O veto 46, ele é a continuação desse debate que a gente já está fazendo de crime de

fake news, que a gente só chama de censura, porque fake news, quem

promove é esse governo.

Basta ver o que aconteceu agora no Rio Grande do Sul, todo o Brasil inteiro ajudando o Rio

Grande do Sul e tudo o que foi falado por pessoas que estavam tentando ajudar o Rio

Grande do Sul foi taxado de fake news, a exigência de nota fiscal, o governo negar ajuda.

Então a gente viu o governo criminalizando e falando um monte de bobagem de cidadãos

que estavam na estrada levando mantimentos.

A gente viu o que o governo fez com a SBT, com a Folha de São Paulo, indo atrás de

jornalistas, uma perseguição horrorosa.

Então esse veto é importante para o Brasil e cada parlamentar aqui tem obrigação de

fazer com que esse veto seja mantido.

Todo parlamentar aqui tem que pegar o veto 46 de 2021 e votar sim pela manutenção, porque

senão o cidadão brasileiro vai ser amordaçado, o cidadão brasileiro vai ser calado, não

vai poder mais, inclusive se manifestar publicamente.

Uma outra coisa que esse veto vai ter o poder de fazer vai permitir com que desafetos políticos

sejam perseguidos, vai fazer com que cidadãos que emitam suas opiniões não tenham medo de

compartilhar uma notícia no Facebook, no Instagram.

Então a coisa aqui é bem séria.

A gente está falando de liberdade de expressão, a gente está falando também de ação de

polícia, ação de agentes de segurança.

O que a gente está falando aqui é que manifestações que chamam de pacíficas, mas na verdade não

tem nada de pacíficas, são criminosas, um policial vai ter medo de agir, um policial

não vai poder conter uma manifestação em uma invasão, porque vão chamar aquilo de

pacífico.

É um veto que precisa ser mantido, é um veto que essa casa tem obrigação de manter.

E eu só peço atenção agora, porque se a gente passa a criminalizar a fala, a manifestação

ou o compartilhamento, a nossa democracia que está morrendo pelas beiradas, por canetadas

autoritárias, ela fique ainda mais frágil, porque todo mundo que tiver uma opinião divergente

será perseguido e poderá ser preso.

Por isso, sim, pela manutenção do veto 46 de 2021.

Obrigada, presidente.

A presidência esclarece que a apreciação dos vetos ocorrerá por meio da cédula eletrônica,

que se encontra disponibilizada na página da sessão conjunta, no portal do Congresso

Nacional, bem como nos aplicativos Infoleg e Senado Digital.

Só apreciados por meio da cédula os vetos 26 de 2023, 36 de 2023, 39

de 2023, 41 de 2023, 45 de 2023, 1 de 2024, 4 de 2024, PELO 2024, o dispositivo 64.0 39 de 2023, a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, nas cédulas serão os dispositivos 1 a 33 e 35 a 38.

E no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, os dispositivos 1 a 10, 13, 14, 17, 18, 22, 23, 34, 37, 40 e 41.

Pelo aberto o processo de votação, eu solicito às senhoras e senhores parlamentares que iniciem

o processo de envio das cédulas por meio eletrônico.

Tá aberta a votação, peço aos senhores parlamentares que encaminhem a cédula de votação.

Próximo orador inscrito, deputado Marcel Van Hatten.

Deputado Zacarias.

Enquanto tenha votação, eu gostaria de usar o tempo de líder, por favor.

Já em instantes passo a palavra à vossa excelência.

Deputado Danilo Forte, tem a palavra.

Senhor Presidente, senhores deputados, finalmente hoje estamos aqui votando os votos da Lei de Diretrizes Orçamentárias da RDO.

Uma conversa essa que foi fundamental na afirmação, inclusive da construção da autonomia do Poder Legislativo.

E quero aqui agradecer ao Presidente Rodrigo Pacheco, ao Presidente Arturira, que me confiou

a missão de relatá-la, e agradecer ao plenário da Câmara dos Deputados, senhoras e senhores

e ao plenário do Senado Federal, senhoras e senadoras e senadores, que nos deu a oportunidade

de elaborar uma peça diferenciada, tanto na valorização do poder, nos garantindo a autonomia

necessária na harmonia da relação tanto com o Executivo como o Judiciário, como também

no que diz respeito a brigar, a acolher as demandas mais profundas da sociedade.

Pela primeira vez na história, nós torcemos para dentro da lei do Orçamento da União,

do Orçamento Federal, as crianças com deficiência.

Um feito extraordinário na criação dos lucros e atenção às crianças com deficiência,

principalmente as que têm transtorno de espectra autista, como valorizamos a luta das mulheres

contra a violência, como transferimos também a importância do abrigo orçamentário para

valorizar as crianças extraordinárias e que, com isso, a gente possa ter um Brasil

mais humano e mais fraterno.

É lógico que houve um reconhecimento, e aqui quero ressaltar e também parabenizar

a postura do Ministro Padilha, que entendeu que o cronograma de execução orçamentária

era uma garantia das vitórias, dos pleitos, da autonomia conquistada pelo Parlamento e contrapôs, inclusive, com uma proposta de conciliação em um cronograma em que nós tivemos um avanço claro e real, e de fato, hoje, nas execuções das emendas parlamentares. São mais de 19 bilhões de emendas que já foram empenhadas, são mais de 10 bilhões e meio de reais de emendas e transferências e restos a pagar que já foram definitivamente pagos esse ano, o que mostrou uma celeridade em função exatamente da construção dessa lei de direção orçamentária.

Então eu acho que é um momento oportuno para ressaltar também que o diálogo é fundamental, diálogo do Parlamento com o Executivo propiciando os investimentos que, de fato, chegam aos municípios.

E, diante de uma carência tão grande que o Brasil está vivendo hoje na área municipal, esses recursos são fundamentais para o atendimento à saúde, para o atendimento à educação, para o funcionamento da máquina na gestão municipal. Por outro lado, também, ainda temos algumas motivações que precisam ser entendidas pelo conjunto do Plenário.

É natural que o ótimo é inimigo do bom.

E, diante dessa evidência, algumas coisas ainda ficaram fora, dentro desse contexto,

para atender, de fato, à essencialidade do que foi votado na LDO.

Nós temos a questão do seguro agrícola, que é fundamental para os produtores rurais,

que está ainda na manutenção do veto, e é necessária essa preocupação no veto

54 da LDO, porque ali também está impedindo e está mantendo o contingenciamento dos recursos

do seguro, o que impede a ampliação para a produção, para o investimento do setor

que hoje sustenta a economia nacional, que é o setor do agro, bem como também uma grande

reivindicação municipalista, que foi de abrir o Minha Casa, Minha Vida para os municípios

abaixo de 50 mil habitantes.

Na medida em que apenas os grandes municípios estão atendidos no programa da Minha Casa,

é o setor do Minha Vida, que é exatamente o veto 46 e o veto 47.

Também precisa da observância dos senhores e senhoras deputados na votação com relação

a esses vetos.

E outra grande questão que é acessível a quem, principalmente a população mais carente,

que vê no abrigo das instituições filantrópicas, principalmente as Santas Casas, é o veto

número 27, que é exatamente o que nós garantíamos os recursos das

emendas parlamentares para essas instituições filantrópicas, as Santas Casas, sem precisar exatamente da chantagem muitas vezes do gestor municipal ou do gestor estadual, que ficava com o dinheiro das emendas e não repassava para exatamente atender a essa demanda da saúde pública através das instituições filantrópicas.

Diante disso, acho que mais uma vez a democracia vence, acho que mais uma vez o Congresso se reafirma, o Poder Legislativo garantindo o seu papel constitucional da confecção e da elaboração da lei mais importante do país, que é a lei orçamentária, e agora cabe a nós também a busca da eficiência dessa execução orçamentária. Por isso, o Brasil está de parabéns nas suas instituições e avancemos exatamente consolidando o Poder Legislativo, que é fundamental para o exercício pleno da democracia.

Demos aqui uma demonstração muito clara da responsabilidade do Poder Legislativo na confecção do orçamento e agora vamos dar uma demonstração mais clara ainda na fiscalização, na observância, no acompanhamento dessa execução orçamentária.

Muito obrigado a todos que me confiaram nessa tarefa e viva a lei de diretriz orçamentária do Brasil de 2024.

Obrigado deputado Danilo Forte.

Eu comunico, senhores parlamentares, deputados, deputadas, senadores e senadoras, nós estamos com um problema técnico que está sendo resolvido pela Secretaria-Geral da Mesa das Duas Casas para o encaminhamento da cédula eletrônica.

Então em instantes esse problema será resolvido para o encaminhamento da cédula de votação pelos senhores parlamentares.

Pela liderança da União, Brasil, deputado Dr. Zacarias Calil.

Tempo de liderança.

Muito obrigado, presidente.

Atenção, senhores congressistas.

Eu como médico, cirurgião pediátrica, eu e minha equipe nós somos referência na separação de gêmeos e amêas.

E eu com toda a propriedade, eu venho aqui mostrar para vocês o que é uma sistolia fetal.

Um processo que foi suspenso pelo Supremo Tribunal de uma resolução do Conselho Federal de Medicina que proíbe a sistolia fetal.

Ou seja, você pega cloreto de hipotáceo, pega outra substância, lidocaína, entra através de um exame de ultrasonografia para você provocar um feticídio.

Que é isso aqui, ó.

Isso aqui é o abdômen de uma mulher grávida de 6, 7, 8, 9 meses. Então eu vou tirar aqui a parede abdominal, aonde vocês podem ver o feto já encaixado, a placenta e o cordão umbilical. E o médico, através desse exame de ultrasonografia, com essa substância, ele vai provocar o quê? Uma crueldade, um processo de extremamente doloroso e de tortura no feto. Vai injetar isso aqui, ó, com essa agulha desse tamanho, exatamente no coração da criança. Desse modelo aqui. E essa criança vai a óbito intraútero para que depois possa se fazer o aborto. Nós como médicos, todos aqui reunidos, não podemos permitir isso que uma criança desse tamanho, de 8 a 9 meses de idade, seja sacrificada intraútero. Então eu vejo essa suspensão do Supremo Tribunal contrariando uma resolução do Conselho Federal de Medicina. Que isso aí cabe a nós, médicos, decidirmos. Ou não. Isso aqui não é impedimento de aborto. Isso aqui é um feticídio. Nós não podemos permitir que isso aconteça com as nossas crianças. Isso é proibido no Conselho Federal de Veterinária em Animais. Isso aqui é proibido na pena de morte. E nós estamos sacrificando as nossas crianças por um documento do Supremo que você vai provocar essa sistolia fetal. A sistolia, o quê que é? O coração da gente, ele bate assim, ó. Sístole contrai. Diástole, ele relaxa. Quando você provoca isso, o coração para em sístole. Ou seja, ele não manda mais nem um sangue, nem um nutriente para o organismo de uma criança. Então, ó, o pessoal critica, mas nós temos adoção. Pode levar essa gestação até o final. Existe uma fila de adoção que vai daqui até a Goiânia para recém-nascidos. Então é isso que nós temos que impedir, Sr. Presidente. Nós não podemos aceitar esse tipo de feticídio. Alguém mais quer falar? Né? Então, estamos à disposição aqui para contrariar exatamente essa suspensão do Supremo Tribunal Federal a pedido de um partido político. Nós não podemos colocar isso, assim, numa discussão que caberia sim ao Conselho Federal de Medicina, nessa regulamentação, que ela não pode ser suspensa através desse documento. Então eu fico aqui, meu, muito obrigado.

Fico aqui, meu, protesto de todos nós aqui que somos a favor da vida para que essas crianças tenham uma qualidade, porque ninguém pode decidir pela vida de ninguém.

Parabéns, deputado Zacarias Calil.

Obrigado, deputado.

E só para complementar...

Desculpa.

Ah, pois não, pois não.

Obrigado, presidente.

Só para complementar o que o deputado Zacarias falou, além do feticídio, do genocídio contra os fetos, contra os bebês, que são seres humanos, estão apenas numa fase diferente da vida.

Ele é bebezinho, entra útero, eu estou numa outra fase, deputado Zacarias em outra fase, deputado Eli Borges em outra fase.

Além disso, temos que lembrar dos males que causam para a mãe. Seiscentos por cento mais suicídio para mães que abortam quando comparadas com as mães que têm um parto.

Seiscentos por cento mais suicídio.

E depressão, e risco de sangramento, e risco de infecção, e risco de infertilidade.

Então malefícios, morte para o feto e também para a mãe.

Obrigado.

Obrigado, deputado.

Com licença, eu vou dar um convidado com a palavra deputado João Daniel.

Deputado João Daniel pode ocupar a tribuna.

Comunico, senhores parlamentares, que o sistema foi restabelecido, a cédula já pode ser encaminhada pelos deputados e senadores.

Senhor presidente, senhores deputados e senadores, nós votaremos os vetos de acordo com a orientação do nosso partido e também do nosso governo, do qual nós apoiamos. Fico às vezes olhando o quanto tempo se perde, por exemplo, nesse debate, desse veto da chamada saídinha.

Montou-se uma mentira, um fake news, uma jogada para dizer que ali é um problema de segurança, ali é um problema nacional, como se ali vai solucionar alguma coisa de segurança com

o verdadeiro objetivo de evitar que se discuta a verdade sobre segurança pública neste país.

E aqui nós já falamos várias vezes, a polícia que mais mata é a polícia que mais morre.

Mais de 90 policiais só esse ano morto em São Paulo, porque há um secretário de segurança, há um governador que orienta e que apoia a matança para transformar a segurança pública, não só em São Paulo, mas em várias partes deste país, como milícias armadas que perdem

totalmente o sentido do papel da segurança pública.
Mas eu espero que a gente possa fazer grandes debates.
Hoje está noticiado pelos jornais e eu quero parabenizar o
presidente Rodrigo Pacheco,
vossa excelência, que no momento sério do Rio Grande do Sul não
mediu esforços em nome
do Congresso Nacional para estar junto com todos os poderes para
cuidar, se solidarizar
e se somar com aquilo que é possível o Congresso Nacional fazer.
E eu gostaria de parabenizá-lo.
E esses temas são fundamentais que o Congresso Nacional possa
debruçar sobre a questão
ambiental gravíssima que vive o mundo, a questão do aquecimento
global, a questão grave que
envolve o nosso planeta.
E hoje nós temos aí a notícia de uma das instituições sérias que
traz o relatório
anual de desmatamento, divulgada hoje na imprensa pela Rede dos
Mapas Biomas, um dos principais
biomas e o segundo maior deste país, o bioma cerrado, com grande
desmatamento atingido
nos últimos tempos.
E 97 é o bioma mais desmatado.
97% deste desmatamento está sendo levado para a grande monocultura
agropecuária, pecuária
extensiva e grandes plantios de monocultura.
É a destruição do meio ambiente, é a destruição da natureza para as
consequências que já
estão aí, que nós estamos vendo o que está ocorrendo no Rio Grande
do Sul.
E se você pegar todos os grandes cientistas que estudam e acompanham
a questão do meio
ambiente neste país, vão mostrar os graves problemas causados pelas
políticas ambientais
do Estado do Rio Grande do Sul.
E assim vai ser e está sendo com todas as partes deste país.
Por isso, presidente Rodrigo Pacheco, em teu nome como presidente do
Congresso, acho
fundamental que nós possamos debruçar o debate sobre a questão
ambiental no Congresso
Nacional e os compromissos que nós poderemos fortalecer.
Uma legislação firme e forte, o governo do presidente Lula e a nossa
ministra Marina
estão fortes e firmes para grandes políticas e nós marcar a nível
internacional esse
passo fundamental de uma nova matriz em todos os campos, mas em
especial na agroecologia,
nos orgânicos para cuidar, preservar a natureza e construir uma
sociedade diferente.
Muito obrigado.
João Ramais, PT apoia Ramais.
Próximo inscrito, deputado Kim Katagiri.
Deputada Célia Chacriabá.
Deputada Célia Chacriabá, tem a palavra.

Meu presidente, nós estamos nessa sessão em conjunta, uma sessão sobretudo que vota na defesa do Brasil, nós que estamos atravessando esses últimos meses, essa última semana, a crise do Rio Grande do Sul, e eu tenho dito aqui nessa casa que aqueles que votam contra as questões ambientais serão reconhecidos não somente como nossos inimigos políticos, mas inimigos humanitários, cara erondina, uma das mais aqui que nos orienta esse pensamento, essa sessão conjunta, e é importante nesses veto de hoje que estamos fazendo aqui, é importante sobretudo porque estamos estabelecendo uma relação do que decide para o futuro do Brasil, e nesse futuro do Brasil nós não podemos ter prejuízo sobretudo no âmbito climático, desde mais cedo que vem acompanhando toda a votação dos veto, e essa sessão muito nos preocupa sobretudo quando existe uma narrativa perigosa, narrativa perigosa essa que nos recai também diante do compromisso com a sociedade, e por isso, nesse dia, nesse momento pedimos aos senhores parlamentares sobretudo nos veto orientado pelo governo, que nós tenhamos coerência, essa coerência não pode ter dois lados, o mesmo congresso que vota também a sensibilidade, que não seja uma sensibilidade momentânea a situação do Rio Grande do Sul, querido companheiro Randolph, mas sobretudo que tenha com profundidade que esse momento que estamos enfrentando dessa crise climática ao Rio Grande do Sul, mas que ela vai atingir toda a população brasileira, por isso nós precisamos sobretudo não votar com cinismo esse veto de hoje, entendendo a importância do que o parlamento representa nessa sessão em conjunta, por isso nós pedimos aos senhores parlamentares que tenham coerência sobretudo que não se trata aqui de uma pauta ideológica, mas sobretudo de um compromisso humanitário, e por isso nosso posicionamento da federação pessoal rede será por nossa coerência, entendendo que nesse momento, nesses dias ainda, será instalada a comissão Yanomami, essa mesma comissão que não pode significar para perseguir o povo Yanomami, mas que tenha compromisso, e você sabia que o mais curioso dessa sessão é que sobretudo aqueles parlamentares que compõem os 14 nomes da comissão externa Yanomami, nenhum deles direciona emenda para os povos indígenas, por isso tem várias matérias que tratam nesse veto, assim como foi votado o veto na sessão de novembro que tratava do marco temporal, nós precisamos ter coerência,

não podemos votar de um lado, onde estamos falando também de situação econômica em várias matérias que se trata esse veto de hoje, mas ao mesmo lado a questão ambiental. Queremos que o parlamento volte com consciência, é a primeira sessão em conjunto depois da tragédia do Rio Grande do Sul e precisamos sensibilizar, porque certamente nós iremos também mostrar à sociedade brasileira como seu parlamentar está votando os veto aqui nessa sessão de hoje. Muito obrigada, senhor presidente. Com o escrito deputado Ildo Rocha. Obrigado deputado. Senador Rodrigo Pacheco, presidente da sessão, presidente desta, do Congresso Nacional, senhores congressistas, senhoras congressistas. No dia de hoje, nesta sessão, nós estamos votando vários vetos presidenciais, alguns que foram derrubados no mandato anterior e outros neste mandato. Eu entendo, senhor presidente, que o veto 46 de 2021 deve ser derrubado. Eu acredito que ele deve ser derrubado, porque é um veto absurdo, tendo em vista que a lei contra o Estado democrático de direito, na proposta que nós aprovamos aqui no Congresso Nacional, ele prevê, ela prevê, a lei prevê, quem construir fake news será punido com cinco anos de prisão. Eu acho que der pouco cinco anos de prisão para quem constrói fake news, porque o fake news mata, o fake news tem provocado mortes. Outro dia mesmo, em Suzano, em São Paulo, um jovem foi assassinado porque criaram fake news dizendo que ele tinha matado vários cachorros e assassinaram esse rapaz em função desse fake news. E durante a campanha eleitoral, todos nós aqui que somos políticos, deputados, senadores, nós sabemos que a criação de fake news, muito bem feita e agora ainda mais com inteligência artificial, pode contribuir para a derrota de um candidato, seja vereador, prefeito, deputado, governador, senador, presidente da República. Então nós temos que evitar isso. E a forma melhor de evitar é justamente punir com prisão quem comete crime de fake news, não apenas no período eleitoral. Esse aqui é só para o período eleitoral, mas acredito que nós devemos estender o futuro aí bem próximo para quem comete crimes de fake news também durante o período que não é considerado período eleitoral. Para o que o senhor tem uma ideia, deputados, senadores, lá no

Maranhão mesmo, um estado do Nassique, o Moro, o processo eleitoral foi cheio de criação de fake news. Tiveram muitos fake news, não foi só no Maranhão, o Brasil inteiro, mas lá no Maranhão o criador de fake news teve uma grande contribuição, que foi o Ministério Público Eleitoral. O Ministério Público Eleitoral fez vista grossa, não apenas a circulação e a produção de fake news. Ministério Público Eleitoral e a Justiça Eleitoral não ligaram. Além dos fake news, tiveram abuso de poder econômico. Nós sabemos que teve abuso de poder econômico no Maranhão e vários estados do Brasil. Mas a possibilidade com a derrubada do veto 46 de 2021, nós vamos fortalecer os partidos políticos. Todos nós pertencemos a algum partido político. O partido político, na ausência do Ministério Público Eleitoral, e o Ministério Público Eleitoral é ausente, sim, vai poder promover ação penal, é uma novidade, é algo muito bom para a democracia brasileira. Fortalece os partidos, faz com que os processos eleitorais sejam mais respeitados, mais limpos e ganha quem tem serviço para o Estado. Porque o que nós temos visto nos últimos anos é que quem cria um fake news, inventa uma mentira na internet, é quem se elege, fica naquele debate de extremos. E quem trabalha e quer trabalhar corretamente em favor da população e não usa fake news é punido. Então, vamos punir os criminosos que cometem fake news. Porque construir e disseminar fake news é crime e tem que ser punido como crime. E cinco anos de cadeia é pouco. Depois de derrubar do veto, nós temos que fazer uma outra lei para transformar essa pena em pelo menos 15 anos. Muito obrigado e peço o voto de todos para a derrubada do veto 46/2021. Pela liderança do PT, deputado Arlinho de Chinália. Na sequência, deputado Kim Kataguiri. Deputado Arlinho de Chinália tem a palavra. Obrigado presidente Rodrigo Pacheco. Ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar todos os pares. Nessa sessão do Congresso, eu penso que é importante a gente relatar uma iniciativa que tivemos junto ao Ministério do Planejamento. Pedimos uma audiência com a ministra Simone Tebet, a quem agradecemos pela oportunidade. Do que se trata? Eu sou vice-presidente do Parlaçu, representando o Brasil. E o Mercosul, ele tem uma estrutura chamada Fossén, que é um fundo

de convergência estrutural
do Mercosul.

Para que serve o Fossén?

É para reduzir as desigualdades estruturais entre os países do
Mercosul.

É mais ou menos óbvio, considerar a economia brasileira o tamanho do
Brasil, da Argentina,
do Uruguai, Paraguai.

Portanto, o Brasil é naturalmente o país mais forte economicamente.
Qual que é o objetivo do Fossén?

É exatamente reduzir as chamadas assimetrias, ou seja, as diferenças
econômicas que têm

consequência na vida dos povos através desse instrumento.

O Brasil tem hoje 350 milhões no Fossén.

O que que então nós propusemos?

Que parcialmente ou no todo, este valor seja destinado para atender
ao povo gaúcho e, claro,

também trabalhar a reestruturação do Estado do Rio Grande do Sul.

Aqui já houveram várias iniciativas.

Esta me parece, dentre as apresentadas, uma que vai, se conseguirmos
e tentaremos sensibilizar

o governo, enviamos um ofício para a ministra Simone Tebbit, com
cópia para o Ministério

de Relações Exteriores, onde estivermos em audiência, e também para
a Casa Civil, onde

temos mantido contato.

Ou seja, se tivermos de fato êxito na iniciativa que eu creio, que
tem tudo para dar certo,

nós vamos aportar em torno de 100 milhões de reais para o Rio Grande
do Sul.

Quando se declara o Estado de calamidade, todos aqui sabemos que as
amarras, eu diria, do

ponto de vista fiscal, elas são temporariamente suspensas.

Portanto, os valores ali investidos pelo governo federal, não
saberia dizer pelo governo estadual,

que também, com certeza, está investindo muito, são bilhões e
bilhões de reais.

Nós temos a dimensão.

Agora, no âmbito do Parlamento, penso que essa iniciativa de
pegarmos o dinheiro que

é destinado a projetos no Brasil e jogarmos no todo ou em parte para
o Rio Grande do Sul,

creio que isso valoriza o Parlamento brasileiro.

Quero informar que apresentamos essa proposta na Comissão de
Relações Exteriores de Defesa

Nacional e ali foi aprovado por unanimidade.

Ante ontem, à noite, domingo, apresentamos na mesa diretora do Parla
Sul, foi aprovado

por unanimidade.

Levamos ao plenário do Parla Sul, foi aprovado por unanimidade.

E aí, somos grátis aos países amigos, aos países aliados, e faço
questão de registrar,

então, que no limite regimental, no limite legal, no limite
constitucional, penso que

é uma iniciativa que pode, de fato, representar da melhor maneira possível o Parlamento brasileiro e também o Parlamento do Mercosul. Assim, eu quero também e termino dizendo o seguinte, eu vou manter a casa informada, o Senado informado, exatamente porque creio que isso tende a valorizar a política em bom nível como socorrer nesse momento o povo. Senhor Presidente, senhor Presidente, senhor Presidente. A palavra deputada. Senhor Presidente, apenas para informar a minha colega e aos demais pares que sim os membros que fazem parte da Comissão Externa e Anomami, nós, sim, muitos de nós colocamos emendas para povos indígenas. Eu coloquei um milhão para a construção de três escolas para o meu povo, o IAMPE, como eu também destinei três milhões para a equipagem de CTI que levará, inclusive, o nome da indígena que foi estuprada na minha região. Obrigada. Senhor Presidente. Está do Pau Dernê Avelino, com a palavra pela ordem. Senhor Presidente, acabo de receber uma notícia que deixou a mim e tenho certeza deixará a todos os congresso comovido. Faleceu hoje, encontrado morto na sua residência, o jovem ex-deputado federal, Artur Vigílio Bisneto, filho do ex-deputado federal, Artur Neto, e ex-senador da República e prefeito de Manaus, Artur Vigílio Neto. A morte do ex-deputado Artur Bisneto chega de supetão, digamos assim, e que solapa o sentimento de todos aqueles que conviveram tanto com pai quanto com filho. Por isso, nesse momento, senhor Presidente, proponho a vossa excelência pedir um minuto de silêncio em homenagem ao congressista que se foi. Eu peço a atenção do plenário, todos os deputados, todas as deputadas, senadores, senadoras. O deputado Pau de Renê Avellino nos surpreende com a notícia muito triste do falecimento do ex-deputado federal de quem foi colega nesta casa, na Câmara dos Deputados, Artur Virgílio Bisneto. O voto de pesar proferido pelo deputado Pau de Renê Avellino ganha a adesão da presidência do congresso, encaminhado à publicação na forma regimental, e manifestamos nossos profundos sentimentos e o pesar a todos os seus familiares, especialmente ao seu pai, Artur Virgílio, um grande parlamentar que honrou durante muitos anos Câmara e Senado.

Portanto, nesse momento, acolhendo a formulação do deputado Pau de Renê Avellino, peço a todos os parlamentares que observem um minuto de silêncio. Não parlamentares também.

(Pausa)

Com a palavra pela Ordem, senador Rogério Marinho.

Agradeço a gentileza.

Senhor presidente, eu queria apenas congratular-me com a mesa diretora da Câmara dos Deputados, especialmente com o presidente Artulira, que anunciou no dia de hoje uma reunião com os planos de saúde e a suspensão dos cancelamentos, especialmente, deputado Dorinaldo, dos planos das pessoas com autismo.

Tínhamos solicitado a mesa diretora da Câmara este cuidado, o presidente Artulira mostra a sua sensibilidade, a gente espera que seja definitivo e sob a liderança do deputado Dr.

Francisco, na Comissão de Saúde, na subcomissão de planos de saúde, vamos acompanhar esse grave absurdo contra o povo brasileiro.

Muito obrigado, senhor presidente.

Próximo orador inscrito, deputado delegado Palumbo.

Presidente, é só para verificar se a equipe técnica já deu feedback, eu não estou conseguindo inserir a cédula no sistema, o sistema está só rodando...

Nós já temos 457 deputados e deputadas que já depositaram, peço a sua assessoria que possa assessorá-la para o encaminhamento da cédula.

Deputado delegado Palumbo.

Ah, me perdoe, deputado, perdôe, deputado Quim, na sequência o deputado delegado Palumbo.

Senhor presidente, senhores deputados, senhores senadores, nessa sessão do Congresso Nacional deixa muito claro qual que é o posicionamento do governo Lula, qual que é o posicionamento do ministro da Justiça Lewandowski em relação às nossas forças policiais, as nossas forças de segurança pública e em relação aos criminosos.

Enquanto, para a lei orgânica das polícias, que aliás foi muito bem relatada pelo nosso

deputado delegado Fábio, o governo veta todas as proteções, as salvaguardas, o devido reconhecimento

que nós demos depois de anos em que as categorias conversam para construir a aprovação da lei

orgânica das polícias, enquanto Lula descumpre aliás o acordo que os próprios deputados

do PT, que os próprios senadores do PT acordaram em votar o texto e não apresentar vetos depois,

enquanto Lula veta as proteções e as garantias para os nossos policiais, garante toda a liberdade

para os criminosos, inclusive que cometeram crimes graves a manterem o direito à saída

temporária, à saidinha.

Então enquanto nós estamos preocupados em garantir a valorização da carreira policial, a modernização dos nossos instrumentos de investigação, a garantia de uma repressão efetiva ao crime, aprovando no plenário desta Câmara dos Deputados a lei orgânica das polícias, o presidente Lula veta essa proteção aos policiais e eu não tenho a menor dúvida de que isso será lembrado pela categoria, vejo aqui ao meu amigo deputado secretário de Rite, veta o nosso projeto relatório de vossa excelência em relação à saída temporária, ou seja, não à toa, e fazendo minhas as palavras da entrevista que viu o nosso secretário de Rite recentemente, foi comemorada nos presídios a vitória do presidente Lula, não à toa nós tivemos uma reação dos criminosos tão efusiva quando da vitória do presidente Lula, agora quando essa Câmara dos Deputados representa a vontade popular e aprova o fim da saída temporária, de gente que sai das cadeias, volta a cometer crimes, mesmo aqueles que voltam para os presídios, recebem ordens de líderes de facções criminosas e fazem com que os líderes do crime organizado possam comandar o crime de dentro dos presídios graças a essas saidinhas, presidente Lula veta e garante mais uma vez o posicionamento do PT das esquerdas em favor do crime, em favor da bandidagem, a relativização do crime, a vitimização do criminoso, enquanto não há nenhuma preocupação em indenizar a vítima, a família da vítima, em garantir a segurança para a família da vítima, em garantir conforto, em garantir os direitos humanos da família da vítima de crimes violentos, há grandes visitas feitas pelo ministro da Justiça, pelo presidente da República a presídios para denunciar o suposto encarceramento em massa, mas a verdade é que a maior parte dos criminosos no nosso país estão soltos, não é que nós prendemos demais, pelo contrário, nós prendemos mal, nós prendemos e logo soltamos, a maior parte dos criminosos, dos crimes contra o patrimônio, nunca sequer são condenados em primeira instância, eu não estou nem falando de ir para cadeia, estou falando de uma condenação e vai se falar que nós prendemos demais, pelo contrário, é a falta de ação do governo federal em construir mais presídios, em combater o crime organizado dentro dos presídios, em tirar o controle dos presídios das facções criminosas, hoje quem comanda os presídios não é o governo

federal, não são governos estaduais, são facções criminosas e não se vê nenhum esforço por parte do governo Lula ou do ministro Lewandowski para combater o comando do crime organizado de dentro dos presídios, pelo contrário, o que nós temos é o escândalo bilionário revelado pelo estado em que bilhões de reais em contratos de presídios federais foram firmados com o nosso dinheiro, o dinheiro do pagador de impostos para empresas que estão no nome de laranjas e isso não está tendo a devida repercussão, mas de um bilhão de reais do nosso dinheiro indo para a empresa que está no nome de laranja, prestando serviço para a administração de presídios federais e a preocupação do governo é garantir o direito à saidinha, é garantir que o criminoso saia da cadeia, volte a cometer crimes e nunca mais retorne para o presídio ou que retorne para o presídio trazendo arma, droga, celular para chefe de fração criminosa, esse é o retrato do governo do PT, esse é o retrato do governo Lula e hoje nós vamos derrotá-los.

– Deputado, delegado, Palumbo.

– Muito obrigado, Sr. Presidente. Para aqueles que adoram defender bandido, experimentem ligar para a Dona Cláudia Reis, mãe do soldado Patrick Reis, morto no litoral paulista, ou então para Ana Carolina Oliveira, mãe da Isabella Nardone, cujo assassino o pai pegou 32 anos de cadeia e com míseros 16 anos está solto. Que justiça é essa? A regra tem que ser muito simples, quer passar o Natal, Reveio, Dia dos Pais, Dia das Mães? Não cometa crime, tiver o livre herbítrio, nós temos que preservar a vida das pessoas, quantos desses saem e matam, estupram, roubam? Uma pessoa que morrer na mão de um criminoso como esse já não valeu a pena, então a regra tem que ser essa.

No tocante a Polícia Civil me causa estranheza, o partido dos trabalhadores, aquele que defende os trabalhadores, defende só da boca para fora, tirou diversos direitos dos policiais civis, diversos que qualquer trabalhador tem, mas para esse governo parece que não vale nada, que o trabalho da polícia não é insalubre, não é perigoso, que eles não precisam de hora extra, que eles não precisam de auxílio, saúde, isso é um absurdo, então eu conto com o apoio dos pares. Muito obrigado, senhor presidente.

Com a palavra o deputado Marcel Van Hattie.

Senhor presidente, enquanto não chega só um minutinho.

Senhor presidente, sessão do Congresso Nacional, sessão para reafirmarmos que este Congresso

Nacional precisa ser soberano nas decisões já tomadas anteriormente pelo plenário da Câmara e pelo plenário do Senado da República. Refiro-me aqui, senhor presidente, em relação às saidinhas, já foi aprovado na Câmara, já foi aprovado no Senado, voltou para a Câmara dos Deputados, o capitão Derritte deixou a Secretaria por uns dias lá de São Paulo, onde ele tanto faz pela população paulista quanto a criminalidade para vir aqui relatar o projeto mais uma vez e depois vai o Lula e veta às saidinhas. Nós sabemos que Lula foi descondenado, mas não absolvido pelos crimes que ele e sua quadrilha cometeram. Nós sabemos a predileção dele, Lula, pelo crime e dos criminosos pelo PT. Basta ver a comemoração nos presídios quando Lula foi declarado vitorioso nas eleições do ano passado. Mas daí a desrespeitar este parlamento que representa a sociedade brasileira e que disse não, chega de saidinhas, deveria ir uma longa distância. Mas não vai. Lula diz respeito ao poder legislativo. Lula é antidemocrático. Lula age como um ditador. Aliás, ele adora ditaduras. Também não é surpresa que aja como um ditador, mas nós aqui, mais uma vez, por meio do voto dos deputados e dos senadores, derrubaremos o veto de Lula às saidinhas e daremos à população brasileira, deputado Reynald, a tranquilidade, pelo menos um pouco da tranquilidade que merece de saber que aqueles que são criminosos não vão sair para festejar datas especiais e cometer novos crimes, que é o que muitos fazem lamentavelmente nas saidinhas. Quero também, presidente, dizer que este Congresso precisa manter o veto de Bolsonaro, o veto de 1946, contra a punição de algo que chamam de fake news, de desinformação, com até cinco anos de cadeia, e pior ainda, retirando o Ministério Público como titular da ação penal, colocando partidos políticos, como o PT, inclusive, como responsáveis pela ação contra aqueles que entenderem que estão desinformando. Vejam bem, o partido da mentira, o partido do crime, o partido cujo representante no Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, advogado do PT, amigo do amigo dos corruptos, disse que não houve mais crime, absolveu réu confesso da Odebrecht, esse partido dos trabalhadores vai ser responsável por acusar alguém de desinformação, este partido, senador Irineu, o PT, que diz que não houve corrupção, que não roubaram nada na Odebrecht, que está tudo ok, o dinheiro que nós vimos em malas,

apartamentos, até nas cuecas, nunca existiu. Esse partido vai ser aquele responsável por acusar um cidadão por fazer fake news ou disseminar desinformação, mas que pouca vergonha. É por isso que este Congresso Nacional precisa e vai manter o veto 46. Chega de desfaça-tês nessa República, chega de um partido que representa o crime e está ao lado dos criminosos achar que pode passar por cima deste Parlamento, assim como fez, lamento dizer também, no caso da decisão em relação à oneração, à desoneração da Folha, um absurdo que o PT fez desrespeitando a vontade do Congresso Nacional. É hora deste Congresso se impor e ocupar o seu verdadeiro lugar. Derrubaremos o veto das saidinhas e manteremos o veto 46 para que ninguém aqui seja colocado na cadeia por falar a verdade.

Senhor Presidente, gostaria de pedir aos novos palestres, se tivesse tempo de mudar ainda, ali, é o veto 39 da Polícia Civil na questão de derrubar todos os vetos e da Polícia Militar e os Bombeiros, que é o 41/2023. É importante essas classes que tanto defendem o nosso país, principalmente lá do Beutol Cantins, aonde representamos a Polícia Militar, os Bombeiros e os Policiais Civil. Esperamos que possamos derrubar todos os vetos depois do destaque.

Se o V. Ex. pudesse esperar só mais depois de uns 5 minutos, 2, 3 minutinhos para poder ter essa mudança, que o voto é importante.

Eu vou esperar mais 3 minutos para o encaminhamento das cédulas pelos parlamentares faltantes.

Na sequência, encerraremos a votação.

Orador.

Próximo orador inscrito, senador Izaucy Lucas.

Senhor Presidente, senhoras e senhores parlamentares.

Primeiro, já falo aqui, na tentativa de um acordo com relação à lei orgânica da Polícia

Civil. Muitos dos parlamentares não conhecem a legislação referente ao DF. O Distrito

Federal tem um tratamento diferenciado, está na Constituição. A União mantém e organiza

a Polícia Civil, a Segurança Pública do DF. E o artigo 42 do Projeto de Lei foi vetado,

remetendo a lei que dá aos Estados a competência para administrar a Segurança Pública e a

Polícia Civil. Então ficaria totalmente incoerente. Nós estamos tentando aqui um

acordo para que esse artigo 42 possa ser resolvido.

Mas eu quero aqui, presidente, falar muito do artigo 46, do veto 46.

Com o coração fake

news já foi falado aqui vários parlamentares. Mas, além de segurança nacional, a gente

está conversando desde 2021. Eu não entendo como as pessoas não param para ler exatamente o que está escrito no veto 46, que penaliza os policiais militares de uma forma muito subjetiva na redação do Projeto de Lei, que foi vetado no governo Bolsonaro, e que a oposição na época que ia derrubar, e agora como governo também quer derrubar. O que vai acontecer em qualquer manifestação aqui na Esplanada é que esses movimentos, e já aconteceram vários aqui, de quebrar Ministério, Ministério da Agricultura, Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores. Se esse veto for derrubado, os policiais vão ficar inérgicos, não vão fazer absolutamente nada. Para que que ele vai confrontar o movimento se ele está sujeito a perder os cargos e ser punido até 12 anos? Então, eu peço aí aos parlamentares que dêem uma olhada no 46 com relação à lei de segurança nacional. Derrubar o veto significa instalar a baderna não só na Esplanada, mas em qualquer mobilização do país. Este governo já demonstrou que não gosta da polícia militar, seja ela do DF, seja ela do Brasil. Tudo aquilo que é para prejudicar, se depender do governo, eles vão prejudicar. E quem sai prejudicado não são os policiais, é a sociedade, é o povo. Vocês vão e vão ver se derrubar esses vetos, o que vai acontecer aqui na Esplanada dos Ministérios. Qualquer mobilização haverá com certeza muita quebradeira e muitos problemas para essa democracia que estão dizendo aí. O outro veto, presidente, é a saidinha. Nós já sabemos também que este governo gosta de defender e defende os marginais, os traficantes. Então, não tem lógica a saidinha sabendo que muitos que saem não voltam. São tantas datas, se você verificar que cada saída dessa 10%, 15% não retornam e muitos deles cometem o mesmo crime, já acostumados, já sabem que com este governo não há punição. Então, nós precisamos derrubar o veto da saidinha. Espero que a gente consiga, de preferência por unanimidade, isso, porque não tem lógica a gente prejudicar as vítimas e ficar protegendo a bandidagem, em especial aqueles que saem e não voltam. Muitos já saíram e não voltaram e depois não acontece absolutamente nada. Então, presidente, é grave a questão da derrubada do veto da Lei de Segurança Nacional. Fiquem atentos, você já sabe o que aconteceu em vários movimentos aqui na Esplanada, que mesmo tendo a polícia quebraram muita coisa. Imagine agora

derrubando esse veto, aí que
vai acabar com tudo mesmo. E vamos tentar ainda fazer um acordo no
artigo 42 da Lei
Orgânica da Polícia Civil. Presidente, muito obrigado.
Deputado Ivan Valente, com a palavra pela ordem.
Presidente, para fazer um comunicado a respeito do que foi falado
por um colega agora a pouco,
sobre a determinação do presidente Lira, atendendo aí a uma comoção
sobre a perversidade
praticada pelos planos e seguros de saúde privado, inclusive com
pessoas com tendência,
com questão autista, com câncer e etc. Eu queria dizer que nós demos
entrada ontem
com um projeto de lei, 2081/24, proibindo a rescisão unilateral dos
contratos coletivos
e prever a competência da Agência Nacional de Saúde para regular a
variação anual
das mensalidades. O que acontece, presidente Pacheco, é o seguinte,
é que nós temos
a lei dos planos de saúde, que é a 9.556/98, e nós temos a tentativa
de mudar essa lei
desde 2006, e nesse sentido, todos os projetos que entram aqui desde
2006 foram apensados
a este projeto de lei de 2006. São 290 apensados, e por isso que não
anda. Nós temos o relatório,
deputado Duarte June, que não é votado. Então nós temos de atender
nesse momento,
presidente Pacheco, como nós temos...
Para concluir, deputado.
Para concluir, como nós fizemos com o rol taxativo, onde houve um
grande consenso e nós
derrubamos o rol taxativo dos planos através de votação nessa
Câmara. Por isso eu prego
ao presidente Lula que não precisa passar pela Comissão de Saúde, é
só votar a urgência
deste projeto, que ele proíbe essa rescisão unilateral de contratos
que está sendo feito,
causando grande comoção. Obrigado.
Deputado Alberto Fraga.
Senhor presidente, hoje nós temos diversos vetos importantes para
derrubarmos. E eu acho
que o governo Lula dá mostras de que não gosta da polícia. Quando
ele veta leis importantes,
como a lei de organização básica da PM, do Bombeiro e da Polícia
Civil, ele mostra
que ele não tem nenhum tipo de preocupação. Ainda bem que tem o
nosso líder aí do governo,
senador Randolpho Rodrigues, que sempre nos atende, sempre nos
escuta, e é o que tem resolvido
realmente os problemas da polícia. Então eu agradeço mais uma vez ao
empenho do senador
Randolpho Rodrigues, que sempre é quem está nos acolhendo aqui e nos
ajudando. Porque
se depender do Palácio do Planalto, nós estamos é lascado. Então,

presidente, eu digo ao presidente Lula que ele tem que contratar alguém que conheça realmente segurança pública. Chega de ficar ouvindo opinião de pessoas que não conhecem a segurança pública e são apenas oportunistas de plantão. Por isso que os problemas vêm aqui para o plenário e a gente tem que pedir ajuda. Também temos o veto da saidinha, que eu não tenho dúvida nenhuma que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados vai derrubar esse veto. Mais de 15 mil presos já foram para as ruas porque não voltaram da saidinha. Muito obrigado, presidente. Está encerrada a votação, determina a apuração dos votos. O resultado da votação dos vetos será apresentado logo após a apuração. Há um tempo para o processamento da votação, então eu passo a palavra nesse momento. A próxima inscrita é a deputada Fernanda Melchiona. Deputada Júlia Zanatta. Deputada Júlia Zanatta. A deputada Júlia Zanatta tem a palavra e na sequência nós anunciaremos o resultado da votação. Obrigada presidente. Bom, estamos anunciando desde ontem dois assuntos que merecem muita atenção, não só dos deputados e senadores, mas de todo o povo brasileiro. A questão do veto das saidinhas que precisamos derrubar, que foi um veto do governo Lula, para começar o líder do governo no dia da aprovação aqui pela Câmara dos Deputados afirmou, o José Guimarães, que Lula não iria vetar a saidinha. Mas no fim, infelizmente vetou. Foi falado aqui na justificativa que prejudica o vínculo dos criminosos com os seus familiares. Mas quem ficará, quem estará preocupado com o vínculo das vítimas desses criminosos que reincidem no crime, muitas vezes quando estão em saidinha? Então é um completo absurdo o governo Lula ter vetado justamente a parte que mais importava nessa questão de acabar com benefícios para criminosos. Outra questão hoje é o veto 46, um veto ainda feito pelo presidente Bolsonaro e que precisa ser mantido. Se não for mantido, aliás, hoje é um dia muito marcante. Nós vamos ver aqui no Senado e na Câmara quem é quem, quem está a favor da censura e paga de democrata, e quem está contra a censura a favor da liberdade de expressão. Quem vai definir o que é fake news? Quem vai dizer o que é mentira? Ora, se tivéssemos esse crime criado já agora durante essa tragédia que aconteceu no Rio Grande do Sul, várias pessoas poderiam estar presas, porque estão sendo acusadas de fake news. Tudo que desagrada

a esse regime, que não é mais um governo, é um regime ditatorial, tudo que desagrada a eles tem sido taxado de fake news. Até o que foi publicado na Folha de São Paulo, outra hora, aliados agora estão brigando por versões. Eu sou a favor de que se existe alguma mentira, que ela seja combatida com a verdade, com informação e não com repressão, ameaças e prisão. Hoje nós não podemos esquecer que nós temos presos políticos aqui no Brasil. Outro dia recebi a notícia de que Alexandre de Moraes, o ministro, decretou a prisão preventiva de uma senhora, a Disci Rogério, uma catarinense, que está com a tornozeleira. Por que ele decretou a prisão preventiva novamente? Porque outros fugiram, outros que estavam com a tornozeleira fugiram, foram para fora do país. Então, por uma atitude de terceiros, foi decretada a prisão novamente dessa senhora. Então nós precisamos, hoje vai ser um marco de quem está a favor da censura, desse regime de perseguição. Falaram aqui hoje, um deputado do PT, porque para evitar alguém pegar em armas, Estado Democrático de Direito, quem pegou em armas aqui foram os guerrilheiros, os guerrilheiros da época do regime militar. Eles pegaram em armas para ir contra a ordem que estava instaurada. Então, e outro dia, inclusive, até na CCJ, teve um deputado do PT que falou que pegou em armas com muito orgulho. Então eles não são a favor do desarmamento para acabar com a criminalidade. Eles são a favor do desarmamento porque eles querem o monopólio da força, o monopólio da força para perseguir seus adversários políticos. Muito obrigada.

Finalizada a apuração, a presidência solicita que o resultado da votação em cédula seja disponibilizado no painel. Resultado da cédula, mantidos dispositivos 3 e 5 a 10 do veto número 26 de 2023, dispositivo 3 do veto número 36 de 2023, dispositivos 1 a 4, 7 a 11, 13 a 20, 22, 24 a 33 e 35 a 38 do veto número 39 de 2023, dispositivos 1 a 7, 9, 10, 12 a 22, 16 e 29 a 31 do veto número 41 de 2023. Rejeitados dispositivos 5, 6, 12, 21 e 23 do veto número 39 de 2023, dispositivos 8, 11, 23 a 25, 27, 28 e 32 do veto número 41 de 2023, dispositivos 10 do veto número 45 de 2023, dispositivos 1 a 10, 13, 14, 17, 18, 22, 23, 34 a 37, 40, 41 e 164 do veto número 1 de 2024, dispositivos 64 do veto número 4 de 2024. A presidência informa aqui o resultado nominal e pormenorizado das votações na cédula está disponibilizado no portal do Congresso

Nacional. Será feita a comunicação à Presidência da República. Os vetos rejeitados vão à promulgação.

Estão destacados os seguintes vetos. Veto número 46 de 2021, revogação da Lei de Segurança Nacional, todos os dispositivos. Veto número 39 de 2023, Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, dispositivo 34.

Veto número 48 de 2023, ICMS de produtos da mesma empresa, todos os dispositivos. Veto número 1 de 2024, TLD0 de 2024, dispositivos 11, 12, 15, 16, 19 a 21, 24 a 33, 38, 39, 42 a 163, 165 a 310.

Também o veto 8 de 2024, saídas temporárias, todos os dispositivos.

Após essas votações, será também votado em painel o veto número 11 de 2024 referente à multa por atraso no pagamento do SPVAT, que foi a inclusão em pauta por acordo de plenário. Passa-se agora a prensação do veto número 46 de 2021, apostado ao projeto de lei número 2.108 de 2021, número 2.462 de 91, na Câmara dos Deputados.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra a deputada Bia Kisses.

Deputada Bia Kisses.

Está vendo? A deputada Bia Kisses tem a palavra para encaminhar o destaque da prensação do veto número 46 de 2021.

Obrigada, senhor presidente, colegas. Esse destaque, ele é muito importante, colegas.

Pesso a atenção de todos, porque nós estamos no momento de votarmos um veto que pode mudar a história da nossa democracia. Porque esse veto, esse artigo, esses artigos que foram vetados, eles criavam uma espécie de um comitê, um Ministério da Verdade, de forma indireta, que determina o que a gente pode ou não postar nas redes sociais. E ele não se aplica só aos parlamentares, deputados, senadores, que usam as redes para divulgar as suas ideias, divulgar os seus fatos. Não, ele se aplica a qualquer pessoa, você que está nos ouvindo, que compartilhar uma informação que venha a ser considerada uma informação falsa, que venha a ser considerada uma desinformação. Mas o fato é, quem é que vai dizer se algo é não ou não uma desinformação?

Nós estamos assistindo agora nesse momento da história do Brasil, no Rio Grande do Sul, nessa tragédia dos nossos irmãos gaúchos. Nós assistimos também a maior, o maior ato de solidariedade por parte do povo gaúcho. Voluntários que também saíram de outros estados para acudir os nossos irmãos gaúchos. E o que nós vimos? Nós vimos vídeos que foram divulgados nas redes sociais para mostrar o que estava acontecendo. E também para criticar a falta de coordenação por parte do governo, a omissão ou até mesmo agentes públicos que usavam do seu poder para, por exemplo, impedir que doações chegassem ao seu destino. Até as pessoas que

estavam invulneráveis,
precisando de alimentos, precisando de comida, precisando de roupa,
medicamento. Por quê?
Porque faltava uma nota fiscal para doação. E aí, quando isso foi
divulgado nas redes,
houve uma reação de verdadeiro ódio por parte de algumas pessoas do
governo que começaram a ameaçar
as pessoas que estavam divulgando essa informação e taxando de
desinformação e dizendo que nós
tínhamos que ser tolhidos e até mesmo eliminados por se tratar de
desinformação num cenário de guerra.
Vejam a gravidade da situação. E depois tudo se comprovou verdade,
com vídeos de pessoas que tiveram
seus caminhões parados, notas fiscais exigidas e até a agência
reguladora depois emitiu uma nota
onde ela reconhece que isso estava sendo feito. E muitas outras
coisas aconteceram. Então, nós não
podemos confiar numa verdade oficial, eis o problema. Ninguém pode
ser o dono da verdade e querer
taxar e ainda punir até com prisão de cinco anos alguém que
compartilhou uma notícia tida pelos
operadores oficiais como mentira. Da mesma forma que na época das
eleições, o que aconteceu quando
dizíamos que o Lula era favorável ao aborto e ele ficava com aquela
conversinha dele para os
evangélicos querendo ganhar votos evangélicos e o TSE nos taxou de
mentirosos, de operadores de fake
news, porque dizíamos que o Lula era pro aborto. O que aconteceu
assim que ele assumiu? O Brasil saiu
daquele acordo internacional para a vida contra o aborto? Foi isso
que aconteceu e também o
Ministério da Saúde revogou uma resolução do Ministério da Saúde do
governo anterior que
protegia a mulher gestante que era vítima de estupro e protegia o
bebê, obrigando a que se comunicasse
com o estupro. A polícia, isso tudo foi revogado, ou seja, não
existe nenhum temor de fake news que
se espalha. O que eles estão temendo é a verdade, porque acabou o
monopólio da verdade, minha gente.
Hoje eu pergunto a você que nos assiste, como você se sente mais
seguro e melhor informado?
Recebendo as notícias por diversos canais, onde você pode buscar a
verdade ou se a notícia vier
simplesmente da Globo, aquela que disse que era mentira, aquela que
disse que o povo gaúcho estava
mentindo quando reclamou que não podia levar as duas.
Senhor Presidente, é por isso que esse projeto não pode passar com a
derrubada desses vetos.
Esses vetos precisam ser mantidos. Essa lei da segurança nacional,
essa lei já foi aprovada,
mas esses vetos foram colocados exatamente porque eles são
extremamente perigosos para a democracia.
Eu peço a todos que votem no sentido de manter o veto.
Para encaminhar, deputado Lindberg e Farias.

Senhor Presidente, é preciso explicar o que são esses vetos. Não é verdade que é questão de fake news.

Eu quero explicar para casa, porque a manutenção dos vetos desses no caso é muito importante.

O que aconteceu? Essa casa decidiu, em 2021, revogar a lei de segurança nacional e tipificar no Código Penal crimes contra o Estado Democrático de Direito. Isso aconteceu porque estava o Ministério da Defesa

do governo Bolsonaro, entrou usando a lei de segurança nacional contra o Ministro de Mamente, começou a ter uma articulação, Supremo Tribunal Federal, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Presidente Pacheco. Naquele momento, o que foi decidido? Vamos falar em crimes contra o Estado

Democrático de Direito. A relatora, deputada Margaret Coelho, do PP, fez um trabalho muito

equilibrado. E o que aconteceu? O Bolsonaro vetou vários dispositivos. Eu quero lembrar os senhores.

Bolsonaro responde o inquérito no Supremo e, na minha opinião, vai ser preso por essa lei,

porque fala dos crimes tentativa de golpe de Estado. Está aqui, artigo 359,

tentar com emprego de violência ou grave ameaça abolir o Estado Democrático de Direito,

impedindo ou restringindo o exercício de poderes constitucionais. Está aqui. Foi tipificado,

naquele momento, por decisão do Congresso Nacional. Não era um projeto do governo.

E aí o Bolsonaro faz esses vetos. Por que eu estou falando isso?

Todo mundo acompanhou agora,

pouco, os comandantes do exército do governo Bolsonaro, o comandante da aeronáutica prestando

um depoimento dizendo que o Bolsonaro propôs a anulação da eleição com golpe de Estado,

a prisão de Alexandre Moraes. Foi isso que aconteceu. O que é que Bolsonaro vetou?

Itens importantes. Não é fake news. Primeiro, o aumento de pena para militares que participarem

de qualquer aventura golpista. Ele vetou. O aumento de pena de funcionário público

que defender, que trabalhar por um golpe de Estado, ele vetou.

Tentativa de golpe de Estado

com uso de força, de armas, ele vetou. Senhores, é mais. Punia quem impedisse, mediante violência

e grave ameaça, o exercício de manifestação dos partidos políticos.

E tem o primeiro ponto,

que falava que eles estão espalhando aqui a coisa de fake news e que não é fake news.

O que é que diria, Ivan? Era o seguinte, previa como crime a promoção ou financiamento de campanha

ou iniciativa de disseminar fatos que se sabe inverídicos e que fosse capazes de comprometer o

processo eleitoral. Sabe o que ele fez? Ele fez isso em 2022 ao atacar as urnas eletrônicas,

o sistema eleitoral. Ele vetou porque sabia que estava em curso uma tentativa de golpe do Estado. É vergonhoso derrubar esse veto pessoal. É vergonhoso. É vergonhoso. Eu quero apelar os deputados dos mais diversos partidos. O que ele está fazendo? É desfigurando toda a legislação que coloca como crime atentado a democracia brasileira. Volto a dizer, tacismo, você sabe quando a pessoa comete um crime, às vezes pergunta, teve ato de ofício do ex-presidente? Para mim, esse veto assinado pelo Bolsonaro era um ato de ofício, preparando... Para encaminhar, senador Rogério Marinho. Senhor Presidente, esse veto não é um veto qualquer. Esse veto trata-se de um ataque direto à liberdade de expressão no nosso país. E eu falo assim, porque é claro, pela mobilização feita pelo governo, apesar das tentativas infrutíferas de tentar colocar uma mordaca na população, destituir narrativas oficiais para inibir, para constranger e até utilizar o aparelho do Estado para perseguir opositores políticos, esse governo tem tido derrotas onde o assunto é mais relevante e é mais importante no seio da opinião pública. Esse governo que se diz democrático foi o governo que, no primeiro ano, criou a Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia, um órgão dentro da Devocacia do Contralor Geral da União que tem o dever de defender as instituições e está sendo aparelhado para perseguir adversários políticos. E falo assim porque eu tenho feito algumas tentativas de verificar se esse instrumento é para valer. Denunciei a desinformação do Presidente da República, denunciei a desinformação do Contralor Geral da União, denunciei, enfim, aqueles que utilizando o cargo público mentiam para a população, não obtiveram resposta. E vejam, senhores, para combatermos a desinformação só tem uma maneira, mais informação, mais luz do sol, mais transparência, mais debate, mais contraditório. Aliás, nós, a opinião pública, não engolimos a narrativa de que houve golpe no dia 8 de janeiro. Basta fazer qualquer pesquisa da opinião pública, é evidente que isso não se sustenta. Como é que um Presidente da República sai do país e nomeia as forças armadas, os auxiliares das forças armadas do Presidente que está entrando e pratica um golpe à distância sem armas e sem líderes? Isso é uma narrativa tão fraca que, pelo amor de Deus, deveriam ter vergonha em parar com ela. Mas nós estamos vendo um espetáculo permanente de se condenar pessoas sem prerrogativa de foro, sem se levar em consideração à questão do juiz natural, do amplo contraditório, da individualização das culpas

com penas que chegam a 17 anos. Em algum momento a história vai rever essas anomalias.

Vejam, senhores, fui o relator da reforma trabalhista e quero falar agora para dizer que defendo o partido dos trabalhadores nesse aspecto, porque nunca vi mentira em tanto e de forma impune. Eles disseram naquela oportunidade, deputado Gustavo Gaia, que a reforma iria acabar com o fundo de garantia. Mentira! Com o 13º, mentira! Que iria tirar o direito dos trabalhadores. Mentira! Mas não foram processados. Nós combatemos a mentira com a verdade. Mostramos o contraditório.

Dizemos de que forma estamos estabelecendo a modernização de uma legislação importante para esse país.

Nós assistimos no debate da Presidente da República no segundo turno, o presidente da República atual, Lula, chegar para Bolsonaro e dizer "eu vou acabar com o sigilo de 100 anos, no meu governo ninguém vai ter sigilo".

Mentira! O sigilo está instituído até para as visitas da Dona Jânja lá no Palácio. O governo mente e lá está o pai da mentira.

Mas nós não queremos prender o governo porque mente. Nós queremos apenas ter o direito de contraditá-lo.

Nós queremos ter o direito de fiscalizá-lo. Nós queremos ter o direito de falar a nossa verdade

para que a população faça o seu juízo de valor. Eles não conseguem, através da imprensa orquestrada

e dos institutos que estão sendo utilizados para coagir a população, implantar a sua narrativa

porque perderam o monopólio da informação e não estão satisfeitos com isso. Homens de bem deste congresso.

Nós temos um dever para com a nossa sociedade impedir que ela seja cerceada do seu direito de se informar,

de interagir, de... esse poder. Vamos dizer "sim" ao veto 46.

Em votação na Câmara dos Deputados, as senhoras e os senhores deputados já podem votar pelo infolegue

no plenário da Câmara dos Deputados para orientar como orienta o bloco União, PP, Federação, PSDB,

Cidadania, PDT, Avanti, Solidariedade e PRD.

– Presidente, com licença. Não são dois de cada lado para encaminhar?

– Dois deputados e dois senadores, deputada Adriana. E dois deputados orientaram. Um a favor, outro contra.

– Ah, tá bom. – Obrigado. Como orienta a União?

– Sim, presidente. – Pelo bloco? Desculpa.

– Pelo bloco, presidente. – Pelo bloco.

– Vota "sim". Como orienta o bloco MDB, PSD, Republicanos, Podemos?

– Presidente, nós somos a favor da derrubada desse veto porque nós queremos punir com prisão as pessoas

que promovem fake news. Tem que ir mesmo para a cadeia, pegar cinco anos de prisão. Além disso, nós queremos

fortalecer os partidos políticos na ausência do Ministério Público Eleitoral. O Ministério Público Eleitoral

tem sido muito omisso em relação à circulação e criação de fake news. É necessário que os partidos políticos

possam promover ação penal contra aqueles que criam e promovem fake news. Portanto, o MDB e o bloco votam

sim pela derrubada do veto 46.

– A derrubada, senador deputado Esnaudo. – Não, não, não.

– Orienta o voto "não". Quem vota "não" vota "não" no veto.

– Sim pela manutenção. Sim pela manutenção do veto.

– Sim pela manutenção. – Presidente, pelo PSD.

– Presidente. – Presidente, só oriente corretamente.

– Presidente, está errado a sua imorantação.

– Quem quer manter o veto é sim, quem quer derrubar é não. – Quem vota sim mantém o veto.

– Isso, nós votamos sim. – Quem vota e orienta "não" vota pela derrubada do veto.

– Presidente, em nome do bloco, como vice-líder do bloco do PSD, essa orientação está errada.

O PSD orienta os deputados do partido já conversados a votarem sim pela manutenção do veto, pela liberdade.

– Perfeito. O bloco libera.

– Sim. – Presidente, o republicano, ratificando o que está dito, o republicano vota sim pela manutenção do veto.

– Como orienta o MDB?

– Presidente, o MDB vota pela derrubada do veto.

– O bloco orienta sim. – O MDB orienta "não".

– O bloco é sim. – Então nós vamos, é porque o bloco há divergência do bloco.

– Não, então nós vamos liberar. – Então libera.

– Mas o MDB não. – O PSD orienta o voto sim, o MDB orienta o voto não, o republicano orienta o voto sim.

– Exatamente. – E pelo bloco a liberação.

– Eu quero ter presidente e o bloco libera. – Me concede para orientar em nome do partido, presidente? Um minuto?

– Pelo bloco libera, por favor.

– Presidente, a federação... – Peça a secretaria Jornal da Mesa que tenha atenção, por favor.

– Como orienta o PL?

– Seu presidente, o PL tem responsabilidade com o ordenamento jurídico brasileiro, tem responsabilidade com a liberdade de expressão,

tem responsabilidade com o trabalho de segurança pública

estabelecido no artigo 144 da constituição,

tem responsabilidade em fazer oposição a esse desgoverno que faltou com a verdade nas eleições,

só vive de propaganda, de promessas e de mentiras do parlamento brasileiro enganando os líderes,

o PL vai orientar sim a derrubada do veto.

– Como orienta a Federação Brasil da Esperança, PT, deputado Melon?

– A Federação PT, PC do B, PV, orienta não.

Quando Bolsonaro vetou a lei de proteção do Estado Democrático no item que criminaliza o fake news,

o fez justamente porque depende da mentira para sobreviver politicamente.

A defesa da democracia exige uma rede social assentada também na responsabilidade,

em que aqueles que a utilizam respondem na forma da lei pelos seus atos,

inclusive criminalmente pelos atos criminosos que vierem a praticar

nas redes sociais.

– Por isso não a esse veto. – A manutenção do veto, sim a manutenção do veto.

– Já falou, já falou. – Presidente.

– Como orienta o PSB?

– Presidente, o PSB tem um compromisso com a democracia e tem um compromisso com a verdade.

O que nós estamos tratando aqui no dia de hoje é não apenas mentir, mas é mentir sabendo que está mentindo para prejudicar o processo eleitoral.

É isso que está claro no texto que foi vetado pelo ex-presidente Bolsonaro,

que não só vetou esse texto, mas infelizmente utilizou também da mentira durante o processo eleitoral,

querendo inclusive descredibilizar o processo eleitoral,

descredibilizar as urnas eletrônicas,

e foi um veto quase como que abrindo as portas para tudo que a gente viu no processo eleitoral.

Por isso o PSB orienta não, orienta pela derrubada desse veto e pela manutenção da verdade e da democracia.

– Pelo PSD você já orientou. – Pelo Bloco. Na verdade eu estou como vice-líder falando o nome do Bloco.

Há uma questão nesse processo muito importante que é a liberdade do Brasil dos brasileiros.

Essa questão de ter um partido podendo processar pessoas por opiniões diversas, por dizer que é fake news, uma opinião, isso não pode acontecer.

E eu falo o nome do Bloco, é sim, se respeita quem for votar não do MDB, mas o Bloco é sim.

– Como orienta a federação para só o Rede?

– Senhor presidente, estamos diante de um debate que é central para a democracia brasileira,

mas o crucial e o mais irônico desta votação aqui é que aqueles que aqui falam e clamam em nome da liberdade

querem na verdade é salvo o conduto para continuar espalhando

mentiras, para continuar produzindo mentiras

e o pânico moral sobre as pessoas, o que acaba por impedir o debate correto que nós devíamos fazer aqui.

Por conta disso e dos demais dispositivos desta questão, a Federação Pessoal Rede orienta não pela derrubada do veto.

Orienta não.

– Como orienta o partido novo?

– Presidente, vivemos em tempos sombrios onde a população precisa trabalhar, pagar muito cada vez mais e pior, ficar quieta.

Essa pouca vergonha que querem derrubar agora é fazer com que as pessoas não deem a sua opinião, não reclamem,

não critiquem as pessoas que digam para o governo parar de interferir, parar de cobrar cada vez mais,

parar de fazer burocracia. O que nós estamos fazendo aqui é manter o veto da liberdade, autorizar as pessoas

para criticar os poderosos e donos do poder que querem prender e dar cinco anos de cadeia contra aqueles que não concordam.

Um absurdo gigantesco e esse plenário deveria ser sim para todos porque amanhã ou depois pode ser condenado

unicamente por ter uma opinião contrária. É sim, dedo forte.
Obrigado.

– Como orienta o governo?

– Senhor Presidente, ali o bloco é para liberar, não está liberado.
– Olha, até realmente o deputado que orientou pelo bloco, o deputado Reino, pode liberar, porque há divergência no bloco, não é isso?

– Exatamente.

– Então fica liberado o bloco IMDB, PSD, republicanos e Podemos. Na verdade o correto até seria ter orientação para o partido.

– Então está liberado o bloco, há divergência no bloco. Perfeito.

Como orienta o governo?

– Senhor Presidente, o governo encaminha voto não pela derrubada dos vetos. São oito vetos, pessoal.

– Na hora da aprovação desse projeto em 2021 foi revogado a lei de segurança nacional e se criou uma tipificação para tentativa de golpe do Estado, para defender o Estado democrático de direito. O que é que Bolsonaro fez? Tentou desfigurar essa tipificação, porque na verdade eles já estavam preparando uma tentativa de golpe, senhor Presidente.

Quero chamar a atenção dos parlamentares, são oito vetos, tem um que aumenta a pena para militar tentar dar golpe do Estado, tem um que aumenta a pena de funcionário público e é por isso que o governo encaminha com convicção em defesa da democracia, voto não.

– Como orienta a oposição? – Lindy Berga tenta contra a dignidade capilar.

– Senhor Presidente, a oposição orienta por manter o veto, porque esse veto é para perseguir quem fala a verdade, não para quem mente, senão o primeiro preso seria Lula que voltaria para a cadeia. Lula disse que não indicaria amigos para o Supremo, Lula disse que não teria sigilo sobre seus atos, Lula disse que quem ganha até cinco mil reais não pagaria imposto de renda, Lula disse que o povo voltaria a comer picanha e o que tem é abóbora, portanto, senhor Presidente, se fosse para punir fake news, o primeiro a voltar à cadeia seria Lula, mas é para perseguir a oposição, a oposição orienta por manter o veto 46 assim.

– Fora Lula! Fora Lula! – Como orienta a maioria? – Fora Lula! Fora Lula!

– Como orienta a maioria? – Não se não vai ser pronto!

– Como orienta a minoria?

– Presidente, a minoria orienta o voto sim, votar não nesse veto talvez seja o maior atentado à democracia que já se viu recentemente,

tentando calar a boca de pessoas que dão opiniões contra o governo com ameaça de cadeia de até cinco anos.

Eu chamo a atenção especial aos parlamentares das frentes evangélica, agropecuária e segurança pública.

Esse veto também diz respeito a inviabilizar o trabalho das polícias em todo o Brasil,

porque diz que o policial não pode trabalhar contra uma manifestação dita pacífica, que o estalar de dedos passa a ser violenta.

Se o movimento MST entrar numa fazenda de forma pacífica, a polícia não vai poder fazer nada para prevenir,

e depois que eles estiverem lá dentro, ninguém mais tira, não vamos

votar para estabelecer a desordem no nosso Brasil.

A minoria orienta o voto sim e aqueles que estiverem desconfortáveis, peço que não votem nesse veto, não votem nesse veto.

Concedo a palavra ao deputado Felipe Barros pelo tempo de liderança da oposição.

Não, não, não, pode encerrar, pode encerrar.

Encerra, encerra.

Encerra a votação, presidente.

De qualquer forma, nós vamos aguardar os deputados e deputadas, senadores e senadoras poderem votar.

Não, não, mas pode usar a palavra, senão eu vou passar ao outro orador, pode usar.

Não é o deputado Felipe que está atrapalhando ele, ele vai fazer uso da palavra pela oposição,

e nós vamos aguardar alguns deputados e senadores e manteremos coerência de tempo de votação para todos os vetos.

Então, o que nesse momento vossa senhora deseja, também desejarão numa outra oportunidade.

Presidente, o senador não está votando não, presidente.

Eu não vou usar todo o tempo?

Não, foi ato falho, os deputados e deputadas, me perdoem, senador Girão.

Presidente, é importante que se diga na tribuna dessa casa a verdade.

Nós temos aqui, Cabo Gilberto, o Partido dos Trabalhadores que poderia mudar de nome.

É o partido da mentira.

É o partido da mentira.

Na campanha, senhor presidente, deputados e senadores que aqui estão,

na campanha eles proibiram o deputado Gaer, qualquer pessoa a falar das ligações do PT com as ditaduras indesejáveis.

E fizeram isso alegando que eram fake news.

Resultado, estão lá mais uma vez, no colo dos piores ditadores indesejáveis hoje,

no colo da Venezuela, da Nicarágua, mas a campanha era fake news, partido da mentira, mais mentira.

Proibiram, todos nós falamos sobre o apoio que o PT dá ao aborto.

Disseram que era mentira.

O que aconteceu? A ministra da Saúde deles fez uma nota técnica incentivando o aborto.

É o partido da mentira.

Na eleição eles proibiram.

Nós falamos que o PT apoiava ideologia de gênero.

O Lula chegou a vir a público pra falar que banheiro ni sexe era coisa do capeta.

Quem falou isso foi o Lula.

O que aconteceu agora?

O ministro dos direitos humanos do Lula fez uma nota técnica incentivando o banheiro ni sexe.

É o partido da mentira.

E que quer manipular a opinião pública através da criminalização da opinião divergente.

O que está acontecendo agora no Rio Grande do Sul?

Em vez do governo se preocupar em salvar a vida dos rio grandenses, senhor presidente,

que estão passando pela maior tragédia da história do Rio Grande do Sul e uma das maiores tragédias da história do Brasil,

o governo, o partido da mentira, se preocupa exclusivamente em punir aquelas pessoas que estão denunciando

a ação e omissão criminosas do governo Lula no Rio Grande do Sul.

É o partido da mentira.

Criaram até um ministério extraordinário pro ex-ministro, secretário da comunicação Paulo Pimenta,

com qual objetivo criminalizar as opiniões divergentes?

É uma montanha de mentiras!

É uma montanha de mentiras, senhor presidente!

Aliás, montanha era o codinome de Paulo Pimenta na lista do Odebrecht.

Então, senhor presidente, o que nós estamos vendo é que o partido da mentira,

o partido dos trabalhadores, quer se utilizar da criação de tipos penais pra criminalizar as opiniões divergentes.

A oposição não vai permitir que isso aconteça.

Nós somos pela verdade, somos pelo Brasil, contra o partido da mentira, que é o PT e esse governo.

Montanha! Montanha! Montanha!

Eu consulto plenário se todos os deputados e deputadas já votaram, se podemos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Votaram sim 317 deputados, não 139 deputados, quatro abstenções.

Mantido na Câmara, o veto deixa de ser submetido ao Senado, será feita comunicação ao senhor presidente da República.

Passa-se agora a apreciação do dispositivo 34, do veto número 39 de 2023, parcial,

aposto ao projeto de lei 4.503 de 2023, número 1.949 de 2007 na Câmara dos Deputados.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao deputado Cabo Gilberto Silva.

Deputado Cabo Gilberto Silva tem a palavra para encaminhar.

Liberdade! Liberdade!

Os votos do presidente Garçonaro morrendo só de cura.

Guardem, guardem o fôlego, precisamos demais. Já, já pessoal.

Senhoras e senhores parlamentares, esse veto é muito importante que todos nós precisamos derrubar esse veto sobre a lei orgânica da Polícia Civil.

Senhor presidente, demais parlamentares, eu quero alertar a todos que o presidente ele vetou a lei orgânica dos policiais civis, dos policiais e bombeiros militares, e daí o veto que será discutido agora é da lei orgânica da Polícia Civil.

A Polícia Civil trabalha através da Polícia Judiciária dos 27 estados da Federação Brasileira.

E precisa que os senhores façam esse gesto positivo.

Deputado delegado Fábio Costa, delegado Caveira, os demais delegados

aqui do parlamento, os policiais civis que são deputados federais, deputado Rodolfo, meu querido coronel Fraga, coronel Telhada, sargento Gonçalves, givanda federal, delegado Palumbo, todos os parlamentares precisam agora que consigamos 257 votos na Câmara dos Deputados e 41 votos no Senado Federal.

A profissão de policial civil, assim como os policiais militares, é muito árdua, sobretudo através desse veto do senhor descondenado da República, prejudicou muito os policiais civis.

Daí eu peço a todos vocês que possamos derrubar esse veto urgentemente. Senhor presidente, para finalizar nossa fala, eu faço um alerta também ao parlamento brasileiro com relação às manobras que o governo Lula está fazendo, com o Ministério da Verdade, com a questão da desoneração, os vetos da Polícia Militar e Bombeiro Militar e vários problemas que o governo está criando, principalmente a questão do orçamento, que está gastando muito, muito, arrecadando muito e as contas continuam estouradas. Daí eu faço apelo aos senadores e aos deputados para que possamos barrar essa agenda que está prejudicando a nossa economia,

que está prejudicando a saúde pública, prejudicando os investimentos, prejudicando o nosso país internacionalmente, prejudicando a questão da segurança pública com esses vetos maléficos, prejudicando a educação, que vocês observam que está todo mundo em greve. Daí o governo não tem compromisso. De fato, é o governo mentiroso, promete muito, não entrega nada, só entrega problemas e prejuízos.

Para finalizar, Sr. Presidente, peço atenção de todos nesse veto líder da minoria do Congresso, o Senador Flávio, para que possamos derrubá-lo. Agora é a força o contrário.

Precisamos derrubar o veto da lei orgânica dos policiais civis, que é o número 39. Esperamos o voto positivo de todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Randolpho Rodrigues, pela liderança do governo. Microfone do Senador Randolpho.

Sr. Presidente, só um esclarecimento em relação a esse veto. Esse veto, em quase toda a sua maioria, já foi apreciado no painel e já foi mantido e derrubado os pontos que tiveram acordo para ser derrubado. Por exemplo, nós construímos acordo com as diferentes categorias da polícia civil, construímos acordo em relação ao auxílio saúde, em relação ao mandato classista, em relação à função comissionada no exercício da respectiva função em relação a 40 horas semanais.

Esses temas da lei orgânica da polícia civil foram acordados conosco e esses veto já foram derrubados. Outros dispositivos, o veto já foi mantido.

Remanece um dispositivo que é relativo aos direitos à equiparação da polícia civil em relação à polícia civil do Distrito Federal.

Só esse dispositivo foi objeto de estaque do caríssimo Senador Isauci. Pois bem, o compromisso que estamos assumindo aqui é reiterar o compromisso que já estabelecemos com os diferentes representantes das categorias e o compromisso que já acordamos com os líderes.

Assuma aqui o compromisso com o Senador Isauci com a bancada do

Distrito Federal que o tema que remanece apresentado por ele será objeto de um projeto de lei que será apresentado no Senado Federal pelo Senador Alessandro Vieira e pelo Senador Fabiano Contarato, que constará nesse tema todos os dispositivos remanescentes que não foi possível avançar, inclusive o dispositivo relativo à polícia civil do Distrito Federal conforme aqui foi requisitado pela deputada Erika, pelo Senador Isauci.

É o compromisso que nós assumimos esses temas ser tratados em projeto autônomo que será apresentado no Senado Federal e tramitará em regime de urgência. Foi esse o acordo concluído e construído com as categorias e construído com os líderes.

Eu acho que é mais adequado ratificar esse acordo, ratificar esse acordo amplamente construído do que é o risco de manutenção ou derrubada do veto que pode prejudicar tudo que foi dialogado e construído até agora.

Antes de passar a palavra ao Senador Isauci Lucas, já há algum tempo pede a palavra pela ordem Senadora Professora Dorinha com a palavra pela ordem.

Senhor Presidente, na verdade eu queria aproveitar neste tema. Eu sei que nós já derrubamos alguns vetos, mas eu queria fazer um destaque especial.

A Polícia Civil, em especial, ela é representada pela Cobra Pol e pela ADPOL.

No caso específico, embora tenha sido mencionado um acordo, eu gostaria de destacar, e nós estamos fitando nesse compromisso do nosso líder Randolph, que os temas precisam ser retomados, porque nós não conseguimos encontrar o fio da meada, quem é que fez acordo por quem, mas de verdade a Cobra Pol não participou desse acordo anterior.

Então a gente tem essa expectativa que agora, ao tratar desse tema, sejam recolocados os acordos que haviam sido feitos por ocasião da votação desse tema específico.

Então a gente tem essa expectativa e queria só chamar a atenção. A ADPOL, ADPOL, Cobra Pol, Cobra Pol. Cada um fala por si, embora tenha questões que se assemem...

É, eu só queria colocar que, embora tenham temas que sejam comuns, existem posições diferenciadas e ambas instituições precisam ser ouvidas separadamente em respeito à categoria. Muito obrigada.

Para encaminhar, senador Isauci Lucas.

Presidente, é só mesmo para reforçar este acordo que está sendo feito com o líder do governo, o Congresso, o senador Randolph Rodrigues, no sentido de resgatar o artigo 42, que a legislação do Distrito Federal é diferente dos demais estados.

Então, é evidente que nós vamos ficar no limbo aí durante alguns dias. Espero que isso aí possa ser apresentado o mais rápido possível e vou pedir a vossa excelência, presidente Rodrigo Pacheco. Vou pedir a vossa excelência que dê também prioridade na votação desse projeto quando apresentado no Senado para corrigir essa distorção. Então conto com vossa excelência e também com o acordo agora celebrado com o líder do governo.

Presidente, eu só teria reafirmado nesses temas, reafirmados nos temas expostos pelo senador Isauci, o nosso compromisso da Constituição do Senado Federal, do Projeto de Lei, incluindo o dispositivo relativo ao município.

Então seria encaminhado de acordo para manutenção com essa proposta.
Deputado Zé Merêto.

E para tratar no Projeto de Lei.

Pois não, deputado.

Deixa eu só fazer uma ressalva aqui. Na votação anterior, esses botões são muito perto aqui, eu acabei votando abstenção quando na verdade queria manutenção do veto. Isso aí, muito obrigado.

Fica registrado, deputado. Em votação na Câmara dos Deputados. As senhoras e senhores deputados já podem votar pelo Infolegno no plenário da Câmara dos Deputados.

O encaminhamento da composição é pela manutenção do veto, com o compromisso do governo, encaminhamento do projeto. Sim, pelo acordo. Eu consulto as lideranças se podemos apor a orientação do voto "sim" para todas as lideranças no termo do acordo.

Bloco União, Bloco MDB e PSD.

Bloco MDB, sim.

Sim. Bloco MDB, sim. Bloco União.

PT, sim.

Presidente, o PSD, não.

PSD, não.

PSB de bola.

PSB, não. Federação Pessoal Rede, sim.

Maioria, minoria, governo, sim.

Oposição, senador Rogério, sim.

Sim.

Oposição também orienta... Governo, oposição, orienta o voto "sim".

PL e minoria também orienta o voto "sim", pelo acordo.

O PSB, presidente, orienta "sim". Está no painel, não, mas o PSB orienta "sim" pelo acordo.

O PSB, sim, pelo acordo.

Então, peço a alteração da orientação do PSB, todos orientam o voto "sim". Estamos em processo de votação nominal.

Pela liderança do PL e deputado Gustavo Gair.

Novo também, sim, pelo acordo, presidente.

O presidente, presidente...

Mas o novo já era, sim, independente do acordo.

Libera, porque o PSD é, não.

Ah, perfeito. Ah, era o PSD que era, não.

O bloco libera, o bloco do PSD libera.

Presidente, o bloco do União também libera.

Tá bom, o bloco do União também libera.

Governo, oposição, orienta o voto "sim".

Peço, senhores deputados e deputadas, que possa votar.

Pela liderança do PL e deputado Gustavo Gair.

Pela liderança do PSD e deputado Sidney Leite.

E aí, Gilberto? E aí, Gilberto?

Votar, não. Votar, não.

Pelo PSD.

Pela liderança do governo, deputado Dorinaldo Malafaia.

Toda a emenda retirou, que é o deputado, o senador e o ex-alcifo, conversando com o coronel Milo da Ponte.

É não, é a favor da punícia, porra.

Deputado Merlong e Solano, o próximo escrito.

Deputado Merlong e Solano, tem a palavra.

Senhor presidente, colegas parlamentares da Câmara e do Senado.
Eu ouvi com muita atenção o discurso de um parlamentar
que ocupou o Ministério no governo passado,
do governo que deu calote na previdência social de 130 bilhões de
reais,
do governo que negou a existência da pandemia
e que negou aos brasileiros o direito de ter acesso à vacina da Fase
no tempo certo,
do governo que deu calote nos estados e municípios brasileiros
aos erais impósitos dos combustíveis na véspera da eleição,
provocando um prejuízo da ordem de 80 bilhões de reais
para os estados e municípios do Brasil,
calotes que foram transferidos para o nosso governo,
tanto no caso dos precatórios quanto no caso dos estados e
municípios,
do governo que vetou a criminalização da fake news, da mentira e do
crime nas redes sociais.
Dizer que o nosso ministro da Fazenda é incompetente.
A impressão que passa é que ele não está acompanhando o que acontece
no nosso Brasil
desde janeiro de 2023, quando o nosso governo,
com decisiva participação da equipe do Ministério da Fazenda,
negociou com esta casa, com o Congresso Nacional, uma reforma
tributária que coloca o país,
que coloca o nosso Brasil em dias com o mundo,
abandonando um caos tributário que caracteriza o nosso sistema do
imposto sobre o consumo ainda hoje.
O governo, cuja política econômica tem obrigado o mercado a cada 15
dias,
pelo menos a refazer suas estimativas quanto ao crescimento da
economia,
porque eles sempre são pessimistas em relação ao nosso governo
e os indicadores do PIB sempre acima das suas projeções,
obrigando-os a refazê-las.
Um governo que trabalha com a inflação absolutamente controlada,
com o desemprego em queda, com o aumento da renda das famílias,
com o aumento da massa salarial da ordem de 11,7% em 2023.
Um governo que conseguiu, por via da sua política econômica,
resgatar a credibilidade e a confiança dos agentes econômicos no
Brasil.
Não é à toa que, enquanto a Ford, em 2021, no governo passado,
anunciou sua saída do Brasil após décadas de atuação no nosso país,
de 2023 para cá, 11 montadoras anunciaram investimentos da ordem de
125 bilhões de reais.
Um governo que tem coragem de adotar políticas de proteção da
indústria nacional,
como acaba de fazer em relação ao aço, ao adotar uma política de
cotas,
resultando no imediato anúncio pela indústria siderúrgica
de investimentos da ordem de 100 bilhões de reais no Brasil nos
próximos cinco anos.
A mesma coisa acontecendo em relação ao setor de papel e celulose.
Um governo que tem coragem de fazer renúncia fiscal para segmentos
que precisam da renúncia fiscal,

como os 15 bilhões que anunciamos recentemente em relação ao setor de eventos do nosso Brasil.

Enfim, um governo que recuperou a credibilidade da nossa política econômica,

não só no Brasil, Sr. Presidente, colegas parlamentares, mas no mundo.

Não é à toa que o Brasil é o segundo destino de investimentos diretos estrangeiros no mundo, perdendo apenas para o dono do dólar, os Estados Unidos da América do Norte.

Um governo que, também do lado da política social, resga todas as políticas de assistência e de promoção social, o que no ano de 2023 resultou na saída de 24 milhões de pessoas da zona da fome,

ajudando assim o país a começar a deixar de lado essa herança nefasta do governo anterior,

que terminou o ano de 2022 com 33 milhões de pessoas, no fato reconhecido por organismos nacionais e internacionais,

convivendo diariamente com insegurança alimentar grave, ou seja, com fome.

Então, Sr. Presidente, o caminho para o Brasil não é o do fake news, é o caminho...

A pandemia Bolsonaro deixou os servidores em casa.

Senador Rogério Marinho.

Microfone do Senador Rogério Marinho.

Oi, Oi.

Presidente, houve aqui um pedido de vários deputados que colocaram que não participaram desse acordo,

apesar de ser da categoria do DF, então nós vamos liberar a oposição,

colocar liberado aí e manter as outras orientações.

Perfeitamente, fica liberada a oposição.

Próximo inscrito, deputado Pedro Kisai.

Presidente, só para orientação pela minoria, por gentileza.

A minoria, presidente, a minoria libera.

Se trata aqui da Polícia Civil do Distrito Federal, eu como representante da Polícia do Distrito Federal, eu

pessoalmente estou votando não,

entendo que houve esse acordo, por isso a minoria não vai orientar não, mas a minoria libera.

Perfeito, fica orientada a minoria na liberação.

Deputado Pedro Kisai.

Deputado José Ildo Ramos.

Deputada...

Deputado José Ildo.

Deputada Bia Kicis.

Deputada Bia, deseja fazer uso da palavra?

É a próxima escrita.

Deputada Bia Kicis tem a palavra.

Na sequência, encerraremos a votação.

Senhor Presidente, subo essa tribuna na defesa aqui da Polícia Civil do Distrito Federal.

Nós que somos aqui do DF temos uma situação completamente anômala, por exemplo, a magistratura do DF pertence à União, o Ministério

Público do DF pertence à União,
a Polícia Civil do DF também é regulada pela União,
mas há uma questão muito séria que é a questão da organização.
Nós somos uma República Federativa e é muito difícil com essa
concentração de poder
que a União consiga regulamentar o funcionamento da Polícia Civil do
Distrito Federal
de modo a atender às necessidades, seja da população do DF,
seja da própria estrutura dos cargos, dos policiais civis do
Distrito Federal.
Por isso que nós votamos não a esse destaque, a esse veto,
em prol exatamente daquilo que a gente entende que seja o melhor
para a organização da Polícia.
Entendo que de lés de Ferenda há muito tempo a Polícia já vinha
lutando por essa sua autonomia
para ela poder se estruturar.
E é por isso que eu peço às colegas, especialmente também, claro,
os colegas do Distrito Federal, os colegas da bancada e do PL, da
minoridade, da oposição que votem não.

Muito obrigada.

Senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu queria fazer uma correção.

Nós nos confundimos com a equipe e no veto 46 eu votei não,
e na verdade é sim pela manutenção do veto da censura.

Obrigado, Senhor Presidente.

Bem feito. Fica esclarecido. De fato houve certa confusão em relação
a sim e não naquela votação.

Vosso assinante não faz esclarecimento.

Obrigado, Senhor Presidente.

Deputado Bibó Nunes é o próximo escrito.

Deputado Bibó Nunes está presente?

Deputado delegado Fábio Costa.

Deputado Padre João.

Deputado Dorinaldo Malafaia.

Deputado Eli Borges tem a palavra. Na sequência encerraremos a
votação.

Ganhamos de gol!

Senhor Presidente, eu inicialmente na percepção da importância desse
veto,

porque se a Constituição Federal fala que todos somos iguais perante
a lei,

naturalmente esta divisão territorial do Brasil entra que o Distrito
Federal se enquadraria efetivamente nesta mesma visão, nesta mesma
máxima.

Porém, nós temos a compreensão de que esse veto de alguma forma
precisa de regulamentação a posteriori.

E aí, Senhor Presidente, eu compreendo que o voto sim traz uma
confirmação importante da necessidade desta regulamentação.

E aproveito, Presidente, os senhores parlamentares da Câmara e do
Senado,

para dizer que logo, logo estaremos votando o veto 01/2024,
que trata dessa questão da família brasileira, que é a sua imensa
maioria, da proteção direito da propriedade,
e também no sentido de que temos que respeitar a criança e, por

isso, a derrubada do veto.

A derrubada do veto com o voto não. Quando estivermos votando ele, é uma derrubada necessária para o bem da família brasileira.

Quero agradecer ao governo que também não tensionou esse voto e quero agradecer aos meus irmãos e amigos da Frente Parlamentar Evangelica,

inclusive os deputados do Centro Direita, que também compreenderam, e os senhores líderes.

Logo, logo estaremos votando esse veto. No mais, essa é uma questão que haverá regulamentação a posteriori, por isso a orientação sim, que o P.L. dá também a minha orientação. Que Deus abençoe, Brasil. Muito obrigado.

Está encerrada a votação.

Votaram sim 252 deputados, não 192 deputados. Mantido na Câmara, o dispositivo deixa de ser submetido ao Senado.

Será feita a comunicação, Sr. Presidente da República.

Passa-se agora à prestação do veto número 48 de 2023 parcial, aposto ao projeto de lei do Senado número 332 de 2018, número 116 de 2023 na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal, as senhoras e senadores já podem votar pelo aplicativo Senado Digital ou no plenário da Câmara dos Deputados,

para orientar as bancadas no Senado Federal.

Como orienta o PSD no Senado Federal?

Líder Oto Alencar.

Como orienta o PL no Senado Federal?

PL do Senado orienta o voto não. Como orienta o MDB no Senado Federal?

Como orienta o PT no Senado Federal?

Como orienta o Podemos?

Como orienta o União?

Como orienta o PP?

Presidente, o PP orienta pela derrubada do veto 48, um veto muito importante porque é um veto que interfere e aumenta, vai fazer com que as empresas no mesmo CPF transfiram, não possam transferir sem o pagamento do ICMS.

Então eu peço aí um olhar especial e o PP orienta não.

A orientação do Senador Rogério Marinho foi pelo PL e pela oposição pelo voto não.

Presidente, acho que a orientação do PT está errada.

Não, está certa.

Está certa.

Não, PT.

Está certa, exatamente.

Eu peço que...

Que eles viram a luz.

...da mesa que tenha atenção, o PT não orientou.

O Senador Rogério Marinho orienta pela oposição não e pelo PL, já feito o esclarecimento do Senador Rogério Marinho.

Como orienta o PSB de bola?

Pela manutenção, é isso?

Como orienta o Republicanos no Senado?

Como orienta o PDT no Senado?

Presidente, pelo União?

Pelo União, professora Dorinha.
União orienta não, seu presidente.
União orienta o voto não.
Como orienta o novo, Senador Eduardo Girão?
Presidente, o novo orienta não.
Como orienta o PSDB no Senado?
Como orienta a maioria?
Minoria?
Governo no Senado, líder Randolph Rodrigues?
Sim.
Governo orienta o voto sim?
Minoria não, presidente.
Pela minoria no Senado?
Não.
Minoria orienta o voto não.
Estamos em processo de votação nominal no Senado Federal.
O PL não também, presidente?
O PL também orientou o voto não.
Peço perdão ao Senador Rogério Marinho pela terceira vez.
PL orienta o voto não, o PSB orienta o voto não.
A gente está acostumado na orientação com o PT, eu fiquei preocupado.
É, porque houve uma confusão entre o PT e o PL.
Próxima oradora escrita, deputada Lidse da Mata.
Deputado Alberto Fraga.
Deputado Tadeu Veneri.
Deputada professora Luciene Cavalcanti.
Deputado Reynald Stéphânes.
Deputado Dr. Fernando Massimo.
Deputado Bibó Nunes tem a palavra.
Próximo orador, deputado Bibó Nunes.
Grato digníssimo presidente Pacheco, nobres colegas, uma honra estar neste ringue onde luto pelo Brasil.
Principalmente meu querido Rio Grande do Sul.
Mas neste momento eu quero falar de um fato altamente grave que será votado nesta casa.
O mínimo de empreendedor cada um de vocês deve ter.
Beneficiar indústrias estrangeiras em detrimento das indústrias nacionais
é inconcebível para o parlamentar desta casa.
Apoiar que fiquem as indústrias chinesas livres de impostos enquanto nossas empresas estão aí quebrando
e dizem o seguinte, são apenas 50 dólares. 50 dólares são 250 reais.
Ah, mas beneficia os pobres, negativo. Negativo.
O próprio presidente Lula disse esses dias, a dona esbanjanja, ela compra.
Filho do Lira compra. Quem tem dinheiro é que compra.
80% das pessoas que trabalham nas indústrias de calçados e de vestuários são mulheres
e ganham até dois salários mínimos. E essas pessoas não compram.
Não compram da Chopin, não compram do Winston e outras empresas chinesas.
Sabem vocês que essas empresas vão quebrar?
São 70 bilhões que vão para a China e deixam de estar no Brasil?

Não existe o mínimo de consciência de empreendedor em cada um de vocês?

Eu falo como empresário desde meus 19 anos, desde meu CNPJ.

Eu sei o que são os compromissos sociais, a folha trabalhista.

Como vão concorrer? Como eu vou concorrer?

Uma empresa brasileira quando o chinês está ali sem pagar impostos.

É difícil entender isso? É difícil entender que uma empresa do

Brasil vai concorrer de que jeito?

Eu estou numa competição com 10 quilos nas costas, mil metros e ele sem peso algum?

Eu não entendo como é que não compreende uma situação tão lógica.

Ah, mas o governo vai faturar mais. Não me importa se vai faturar mais.

Eu não sou radicalismo porque eu não admito. Eu estou olhando o Brasil.

Eu tenho sangue e veículos amarelos na veia.

Quem vai ganhar mais vai ganhar menos? Não me interessa.

Eu quero que as empresas brasileiras que dão emprego para os trabalhadores

possam continuar dando emprego.

Agora a demagogia é barata? Ah, mas é uma atitude impopular.

Eu vou contra quem está comprando sem pagar imposto?

Vocês estão apoiando o errado? Estão apoiando o errado com consciência?

Não tem fundamento? Quem se diz brasileiro aqui dentro?

Quem se diz brasileiro desta casa?

Vai votar contra a indústria nacional? Vai querer o fim do emprego?

É isso que vocês querem?

Apoiar indústrias chinesas se beneficiando dos tirando para bobo sem pagar nada de impostos?

Ah, mas são só 50 dólares.

Sabe que são 50 dólares? Só porque o deputado ganha bem?

Não tem noção que são 50 dólares?

São até 250 reais. Quem ganha dois salários mínimos?

Não tem condições de pagar isso.

E quem compra, como disse o presidente, o Lula.

Quem compra é a dona Esbanjanja, que está lá comprando, filho do Lira.

Ele citou, o presidente. É quem compra.

Vocês vão querer então, nessa demagogia barata, prejudicar?

Eu estou aqui de peito aberto.

Você que compra de graça sem pagar imposto tem que pagar imposto.

Porque ali adiante você vai perder seu emprego.

A empresa vai quebrar. Fica aqui o meu apelo então.

É o mínimo de sentimento de empreendedorismo e de amor ao seu país.

Amor, economia, seu país. Vote pela taxaço.

Se for o caso, que ninguém pague ou os dois pague.

Queremos justiça tributária, justiça econômica.

Não quero mais caos no Brasil.

Chega o caos que já temos no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

Seu presidente, gostaria de registrar a presença da doutora Heloisa Brito,

delegada de Polícia da Bahia, chefe da Polícia Civil do Estado da

Bahia.

Em nome dela, parabenizar todos os delegados, delegadas e meus colegas policiais civis do Estado da Bahia.

Seja bem-vindo, doutora Heloisa Brito, mundigna delegada chefe da Bahia.

Próximo escrito, deputado Sargento Gonçalves.

Deputada Erika Cocai.

Deputado Ronaldo Nogueira.

Logo na sequência do deputado Ronaldo Nogueira, eu passo a volta a palavra deputada Erika Cocai.

A senhora já acabou a inseração, pode ficar tranquila.

Senhor presidente, senhores e senhores deputados, a aprovação da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis é uma vitória da sociedade brasileira,

publicada como Lei nº 14.735 de 2023,

e ela estabelece inúmeras disposições que aprimoram a segurança pública nesse país.

Infelizmente, senhor presidente, com a votação dos vetos aqui nessa tarde,

eu entendo que essa categoria tão importante foi prejudicada.

Infelizmente, porém, o presidente da República vetou inúmeras disposições importantes.

O curioso é que ele foi o autor do projeto original, iniciado na forma do PL 1949 de 2007.

Assim, é muito estranho que depois de 16 anos, depois de amplos debates no Congresso Nacional,

o presidente se oponha à medida com tanto vigor.

Vale notar que o projeto aprovado corresponde a um texto maduro, resultado de discussões

dos quais participaram muitos representantes da sociedade civil e interdutores de todos os aspectos políticos.

Aliás, a perplexidade só aumenta quando se considera o teor das disposições vetadas.

Exemplo claro é a que institui o pagamento de indenizações por insalubridade e periculosidade,

por vestimenta por exercício do trabalho noturno, além de ajuda de custos em remoção,

auxílio de saúde e de caráter indenizatório e de licenças gestantes, maternidade e paternidade.

De forma semelhante, foi rejeitada a carga horária máxima semanal de 40 horas com direito ao recebimento de horas extras.

Causa grande espanto que a maior personalidade do Partido dos Trabalhadores não considere cabível a extensão de direitos básicos de inúmeros trabalhadores também aos policiais civis.

É flagrante que as disposições legadas são, no mínimo, costumeiramente reconhecidas como direitos trabalhistas em vários contextos.

Afinal, não há dúvida de que os vetos presidenciais não são bem fundamentados.

Foi meramente decisão política.

Aliás, eu quero ressaltar que o projeto que regulamenta a atividade dos policiais civis

foi aprovada após 16 anos de tramitação marcados por inúmeros debates.

No meu entendimento, a categoria que desempenha a função pública de enorme grandeza merece maior consideração.

Nós ficamos na expectativa de que a proposição do senador Randolpho Rodrigues, no Senado da República, possa avançar e essa categoria tão importante para o Brasil possa ser valorizada então nesse segundo momento.

Nós vamos continuar insistindo e defendendo aqui os policiais que abdicam muitas vezes da sua própria vida para defender o cidadão. Obrigado, presidente.

Está encerrada a votação.

Votaram sim 21 senadores, não 44 senadores. Rejeitado no Senado passa-se a deliberação na Câmara dos Deputados.

Em votação na Câmara dos Deputados o veto número 48 de 2023.

As senhoras e os senhores deputados e deputadas já podem votar pelo Infoleg ou no plenário da Câmara dos Deputados.

Para orientar, concedo a palavra aos líderes por um minuto.

Como orienta o bloco União PP, PSDB Cidadania, PDT, Avante Solidariedade, PRD?

Senhor presidente, pelo Partido Progressista, até enquanto relator aqui na Câmara do PL-116, sabemos a importância de manter essa interlocução do país na relação comercial.

As empresas com a mesma titularidade precisam ter possibilidade de competitividade e o Brasil devia muito ao setor produtivo, principalmente as pessoas que geram oportunidade, que geram emprego. Por isso, já congratulo aqui com o Senado, que fez o seu dever de casa, rejeitando esse veto.

A nossa orientação no Partido Progressista, no bloco, é também que rejeitemos esse veto, orientando o não.

Como orienta o bloco MDB, PSDB, Republicanos e Podemos?

Como orienta o PL?

Dignício, o presidente Rodrigo Pacheco, o PL orienta não.

E eu lembro mais uma vez que consegui o muito orgulho mudar votos de parlamentares,

apoiando a indústria brasileira e taxando a indústria chinesa.

Vamos lutar pelo Brasil acima de tudo. Grato, Sr. Presidente.

Como vota a Federação Brasil da Esperança, PT?

O MDB libera, Sr. Presidente.

O bloco MDB libera. Como orienta o PT?

PT vota sim, Sr. Presidente.

PT vota sim. Como orienta o PSB?

Como orienta a Federação Pessoal Rede?

Como orienta o Partido Novo?

Sr. Presidente, cá estamos novamente lutando contra a sanha arrecadadora.

Interessante que o governo quer cobrar ICMS de empresas filiais.

Ou seja, sai o produto para uma filial, às vezes, de um mesmo município,

ou de outro município, só por conta de uma sede diferente, quer cobrar duas vezes.

O que inviabiliza aquele negócio?

O que traz o custo da operação muito grande internamente.

E esse é o problema. O custo interno é muito alto, tanto burocrático como o do boleto da apuração tributária.

A solução passa por reduzir o custo do Brasil e não dificultar o custo de outras empresas, não importa onde elas estejam. Por isso a orientação é não para deixar de cobrar novamente e de novo, e novamente, as mesmas empresas pelas mesmas coisas. Como orienta a Federação Pessoal Rede? Obrigado, presidente. Nós entendemos que esse veto, ele deve ser mantido, porque o dispositivo vetado tornava mais difícil a fiscalização tributária e, de alguma maneira, poderia facilitar a elisão ou evasão fiscal. Portanto, em nome da exação, da clareza, da simplificação mesmo do sistema tributário, nosso voto é sim ao veto. Como orienta a maioria? Como orienta a minoria? Senhor presidente, a minoria orienta não, especialmente porque aqui se trata dessa sonha arrecadatória. O mesmo contribuinte, ao transportar a sua mercadoria da sua empresa para outra empresa, em outro estado, uma filial, ele terá que pagar esse MS? Isso é um absurdo. Não é esse o objetivo do imposto sobre circulação de mercadoria. A circulação não pode ser dentro da mesma empresa. É por isso que orientamos não. Presidente, como orienta a oposição? Oposição, presidente, duplicação de imposto, não podemos avançar. Portanto, oposição é não. Presidente, PSB orienta sim? PSB sim. PSB orienta o voto sim, como orienta o governo? Estamos em processo de votação nominal. Peço, senhores deputados e senhoras deputadas, que possam votar. O governo orienta sim, senhor presidente. Orienta sim o governo. Deputada Erika Cocai tem a palavra como oradora. Presidente, esse projeto não fala de aumento de arrecadação. Eu fico muito impressionada com a realidade, ela é açoitada impunemente. Esse projeto fala apenas do crédito para o destino. Para onde irá aquele crédito? A empresa, que tem uma filial em determinado lugar, ela, via de regra hoje, ela destina aquele crédito para onde está se destinando, no destino final do próprio produto. E aqui o que está se querendo é que a empresa possa levar ou encaminhar esse crédito para qualquer lugar. Isso dificulta o processo de fiscalização. Mas isso também tira as condições de o Estado ter uma previsão de arrecadação. Porque simplesmente você não sabe aonde a empresa vai, para onde a empresa vai destinar aquele crédito. Então, portanto, aqueles que falam da sanha arrecadatória, estamos falando de CMS,

que é um imposto que não é um imposto federal.
Então, aqueles que falam da sanha arrecadatória, não se aumenta a alíquota,
não se está mexendo com valor apenas com a destinação do próprio crédito.
Ora, é lógico que nós, que este crédito deveria ir, como é hoje, para o destino da própria mercadoria.
Mas você não sabe para onde vai, fica a critério da própria empresa destinar para A, para B, para C.
E por isso que grande parte dos Estados querem que nós tenhamos a manutenção desse próprio veto,
para ter uma noção, uma estimativa de arrecadação.
Porque você simplesmente não sabe quanto vai arrecadar, mesmo que aquele Estado seja o destinatário daquela mercadoria,
ou daquela mercadoria, e tenha relação de filial com a empresa.
Então, portanto, é preciso fazer a discussão na realidade, da mesma forma como outras discussões que são fundamentais.
Aqui eu já escutei a saidinha para quem estupra, a saidinha para assassinos.
Em verdade, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou 98% do projeto que foi aprovado pelo Congresso.
Isso restringiu quem tem direito à saidinha. Quem cometeu o crime adiante, onde se inclui inclusive tráfico, não tem direito à saidinha.
Quem cometeu crime ou violentos também não tem direito à saidinha.
Quem cometeu crime sob forte ameaça também não tem direito à saidinha.
Isso foi sancionado pelo governo Lula.
Lula mexeu em dois incisos para este público reduzido, para estas pessoas que teve abruptamente a redução do atingimento das saidinhas.
Ele disse que para essas pessoas que já têm direito de trabalhar fora, que já têm direito de estudar fora,
para essas pessoas que passam por avaliação comportamental, que passam, que já cumpriram um sexto da pena,
para essas pessoas que não cometeram crime adiante, nem crime sob forte ameaça ou violentos, para estas pessoas,
Lula diz que é preciso que ela tenha o direito de convivência familiar em datas comemorativas apenas para esse universo.
98% da proposição, eu repito, foi sancionada.
Por quê? Porque a família é a agente fundamental de resocialização.
Quem defende a família aqui não deveria impedir que essas pessoas, já com todas essas restrições que foram postas,
com avaliação inclusive criminológica, tendo cumprido um sexto da pena, que elas tenham direito de passar as datas comemorativas com seus familiares.
Nós defendemos ou não a família? Eu defendo a família e sei que ela é o profundo agente de resocialização.
E o outro inciso diz respeito à participação deste preso nessas condições de não hediondo, não sobre grande ameaça, forte ameaça, não crime violento, cumprido um sexto da pena, com direito de estudar e de trabalhar, fora que estas pessoas possam frequentar atividades que contribuam com a resocialização.
Sabe qual é a principal delas? As atividades religiosas.

Nós estamos aqui com esta, a manutenção destes vetos vai possibilitar que as pessoas com um universo extremamente reduzido tenham direito a passar as datas comemorativas com seus familiares e a frequentar atividades de resocialização como as igrejas. E nós vamos ver quem defende a família e quem defende a igreja. Próxima escrita, deputada Silvia Waiapi. Estamos em processo de votação nominal na Câmara dos Deputados. Peço deputados e deputadas que ainda não votaram que possam votar. Deputado Osmar Terra, com a palavra pela Ordem. Presidente, eu queria manifestar aqui minha posição sobre essa lei que taxa as importações que vêm da Ásia. Nós estamos vivendo, nós temos que alertar, isso é óbvio que eu sou contra aumentar impostos, mas nós estamos vivendo uma desigualdade brutal entre a nossa indústria e a indústria de fora, que não paga nada e a nossa paga tudo. Nós estamos vivendo como se tivesse uma corrida onde um corredor tem uma canga de 100 quilos nas costas e o outro corre livre, leve e solto. Não tem como competir. Se nós tivéssemos a mesma possibilidade, a mesma carga tributária, a nossa indústria, as nossas lojas iam vender mais e iam ter mais empregos. Do jeito que está, eu sou obrigado a alertar que a média a longo prazo, ainda esse ano e no início do ano que vem, nós vamos ter desemprego em massa no Brasil e depois não adianta tentar recuperar. Vai ser tarde demais para recompor as indústrias, depois que quebra, depois que para de funcionar, as indústrias do Rio Grande do Sul, por exemplo, que estão agora destruídas pela catástrofe não vão nem conseguir voltar a funcionar. É o desemprego em massa que nós estamos vendo ali, logo ali na frente, somos obrigados a alertar a população, alertar os nossos companheiros aqui de Câmara dos Deputados e do Congresso, que é uma decisão muito grave que vai se tomar em relação ao futuro da indústria e do comércio brasileiro. Muito obrigado. Sr. Presidente Rodrigo Pachico, Pois não, deputado. Como é muito rápido o objetivo, enquanto presidente da Frente Parlamentar do Comércio Internacional, aqui do Congresso Nacional, eu quero fazer um registro fazendo justiça da grande contribuição que nós tivemos aqui da Confederação Nacional do Comércio e também da Associação Brasileira dos Distribuidores, da BAD, da pessoa do Leonardo Severini, que nos deu a oportunidade de conhecermos melhor a importância de trabalharmos esse projeto e também de trabalharmos que nós mantivéssemos esse projeto

no texto que nós estamos votando agora, derrubando esse veto, para que o Brasil possa cada vez mais estabelecer uma relação forte no comércio internacional com competitividade. Não existe nada que nos convença que a gente tem que tributar uma empresa duas vezes, porque no final dessa cadeia está a geração de oportunidade, geração de renda e geração de emprego que nós, nesse Congresso, devemos ao povo brasileiro. Obrigado, presidente. Está encerrada a votação. Votaram sim 164 deputados, não 284 deputados, duas abstenções, rejeitado na Câmara, o veto vai à promulgação. Passa-se agora à apreciação dos dispositivos 11, 12, 15, 16, 19 a 21, 24 a 33, 38, 39, 42 a 47, 53 a 163 e 165 a 310, do veto número 1 de 2024, projeto de lei diretriz orçamentar das 2024. Em votação, por favor, santo Randolph. Esse primeiro dispositivo, porque em relação a LD0 tem duas partes. Sim, esse é o primeiro grupo. Que temos acordo pela manutenção do veto nesse primeiro dispositivo. Nos dispositivos, a partir do artigo 185, é que tem um destaque para a votação. Não, vamos esclarecer isso, líder Randolph. Esse grupo aqui, líder Randolph, peço atenção do líder Flávio Bolsonaro. Esse grupo é do 11, 12, 15, 16, 19 a 21, 24 a 33, 38, 39, 42 a 47, 53 a 163 e 165 a 310, do veto 1 da LD0. Perfeito. Esses dispositivos, o acordo é pela manutenção. Perfeito. Em votação na Câmara dos Deputados. A senhora e o senhor deputado já podem votar pelo infolego no plenário da Câmara dos Deputados. Eu consulto as lideranças se podemos colocar a orientação do acordo pelo voto sim. Não, não, é não o nosso. E aqueles dois anos homogênicos. Nós somos não. Não, nós somos não. Não há um acordo, deputado, das lideranças? Bem, houve acordo? Bem. A orientação de oposição e governo é pelo voto sim, de manutenção do veto. O presidente não é não. Você disse que não teve acordo? O presidente sem acordo, o novo é não. Não tem acordo, presidente, pelo que eu senti. Se não, não teria problema nenhum. O senhor acha que teve? Senhor presidente. Não, a comunicação é que era pelo acordo da manutenção do veto, deputado Gaguinho. Pelo acordo, pela União Brasil, é sim ou não? O governo orienta o voto sim. O bloco do MDB também é sim, senhor presidente.

MDB sim.

Deputado Bibó.

PL orienta não, porque não teve o acordo, teve até um ensaio.

Estou muito feliz porque no meu discurso, a favor de cobrar tributos das empresas chinesas,

o senador balançou e deve vir para a lógica, defendendo o Brasil.

Grato, digníssimo presidente Rodrigo Pacheco.

Obrigado, deputado Bibó Nunes.

Estamos em processo de votação nominal na Câmara dos Deputados.

PT.

Deputado Zaratini.

Pelo PT.

Nós votamos sim pelo acordo, senhor presidente.

Vota sim pelo acordo.

Estamos em processo de votação nominal.

Pela oposição, presidente.

Pela oposição, deputado Cabo Gilberto.

Senhor presidente, senhores parlamentares, a oposição vai orientar não.

Agora eu gostaria de lembrar esse plenário, senhor presidente.

O que está acontecendo em nosso Brasil com relação à educação.

O governo do amor, que prometeu tanto, e aí a grande mídia, que está sendo muito bem

paga pelo descondenado Lula para desinformar a população, deputado Felipe

Barros, ele dá oposição.

Está aí, ninguém fala das greves que estão ocorrendo em todo o Brasil.

Estão querendo apagar o que está acontecendo e reescrever a história.

O governo do amor está acabando com a educação, inclusive com os institutos

federais fazendo greve para serem ouvidos.

E vejam só o que o governo prometeu na campanha.

O governo do amor está aí, mais uma categoria enganada pelo descondenado Lula.

Presidente, o PSB orienta o voto sim.

Federação pessoal, rede. Pode ser, presidente. Respeitando a hierarquia.

Com a palavra, deputado Chico.

Obrigado.

Federação pessoal, rede vota sim pelo acordo, porque ele garante mais

racionalidade e equilíbrio entre a iniciativa do Executivo, que continua

sendo a principal no Orçamento da União, e as emendas parlamentares com

racionalidade, com prudência e com efetividade. Portanto, nosso voto é sim.

Estamos em processo de votação nominal, deputada Bia.

Presidente, primeiramente, estamos sabendo aqui que não participamos desse

acordo, mas tem algo mais grave do que isso, presidente.

Num desses itens tem uma pauta que era a pauta da vida da nossa

querida
deputada Amália Barros, e que infelizmente não está mais entre nós,
que é
questão dos autistas. Então nós não podemos de forma alguma
concordar e
manter um veto que retira recursos dos autistas. Essa pauta que é
tão cara, tão
importante para todos nós e para os brasileiros. Muitas mães, muitos
pais,
muitas famílias sofrendo com filhos autistas, dependendo desses
recursos que
estão sendo retirados. E é por isso que nós somos contra a
manutenção desse
veto e encaminhamos, orientamos, não.
Líder Andorff-Rodrigues.
Presidente, só para esclarecer em relação a esse tema, sobre esse
tema foi votado na
sessão anterior do Congresso Nacional, no PLN que nós votamos. É
porque em
relação, PLN 04, em relação ao LDO, parte dos dispositivos constaram
de um
PLN que votamos na sessão do Congresso Nacional da semana passada,
inclusive
esse dispositivo relativo que a nobre colega deputada aqui destacou.
Então, só
para deixar claro, esse tema não assim, essa preocupação não tem,
que essa
preocupação já foi tema de votação de sessão do Congresso Nacional
anterior. E
foi, não só foi aprovado o PLN 04, como foi objeto já da sanção do
Presidente da República. Então, só para deixar claro, em relação ao
que nós
estamos votando, boa parte desses dispositivos já votamos e
aprovamos e já
é lei, porque constoem um PLN encaminhado aqui e a segunda parte é
resultado do cronograma de pagamento que na prática já está em
execução. É por
isso que eu acordo.
Presidente, só uma pequena correção, se me permite. A fundamentação,
então,
foi informada que o PLN 04 resolveu essa questão da pauta dos
autistas, a gente
foi alguém saber disso, mas como não fomos chamados realmente para
esse acordo,
a orientação continua sendo não.
Estamos em processo de votação nominal. Peço, senhores deputados e
senhora deputadas
que ainda não votaram, que possam votar. Eu peço a agilidade porque
o Presidente
Arthur Lira deseja fazer uma sessão da Câmara dos Deputados ainda
hoje e
precisamos, então, encerrar daqui em instantes a sessão do Congresso
Nacional.
Estamos passando informação errado.

Presidente, aqui houve uma pequena confusão porque parecia que tratava da derrubada do veto e a orientação sempre foi na construção da derrubada do veto quando se tratava de altas habilidades e superdotação, assim como da sala Lilaís nas delegacias. Mas agora já foi esclarecido que foi derrubado, já foi acordado lá no PLN, que afinal de contas as crianças que têm superdotação elas existem no mapa do Brasil. Seria um absurdo contraditório que a gente não derrubasse esse veto. Obrigada, presidente.

Depois dessa fala da deputada Soraya, o consulto se nós podemos encerrar a votação?

Podemos, presidente. Lamentavelmente a deputada Soraya foi vítima de fake news, entendeu? Por isso que era bom ter criminalizado. Então só para deixar bem claro, os temas que não foram objeto de veto já derrubado constam em PLN que já foi votado e aprovado e é por isso que esses temas são por acordo.

Podemos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Votaram sim 244 deputados, não 177 deputados. Mantidos na Câmara, os dispositivos deixam de ser submetidos ao Senado. Será feita comunicação ao senhor presidente da República. Passa-se agora a apreciação dos dispositivos 48 a 52 do veto número 1 de 2024 parcial, aposto ao projeto de lei do Congresso Nacional número 4 de 2023. Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao senador Eduardo Girão.

Deputado Eli Borges, para encaminhar.

Senhor presidente, este é um veto que eu considero um dos mais importantes vetos que nós estamos votando nessa tarde. Trata-se dos itens 01/2024, os itens 48 a 52. E olha o que tem dentro desse veto. Nós temos matérias caríssimas para o povo brasileiro. Um dos itens está trabalhando a questão da mudança de sexo de criança. E eu vou dizer aos senhores, a criança na fase cognitiva, ela não é senhora da razão. Portanto, nós temos que ter um cuidado aqui de votarmos não. Neste veto, nós temos a matéria da invasão de propriedade. É uma matéria cara para o agronegócio brasileiro. E por esta razão, nós temos que votar contra esse veto. Nós temos aqui, senhor presidente, matéria caríssima acerca da pregação ideológica, tirando

a visão da família judaica patriarcal. Isso é extremamente grave. Nós temos, senhor presidente, outra parte desse veto que trata da questão do aborto. Senhor presidente, isso é muito grave. Os senhores estão assistindo este duelo da sistolia fetal. Os senhores estão assistindo essa busca de assassinato de crianças. E nós não podemos, e aí eu vou dizer agora, saindo um pouco da visão parlamentar para a visão pastoral, nós não podemos trazer maldição para esta nação. Esta matéria é uma matéria extremamente importante. Eu estou aqui conclamando. A bancada do governo que tem dito para nós que quer se aproximar dos evangélicos está em uma boa oportunidade. Senador Randolph, eu quero me dirigir à bancada do PMDB. Senhor presidente, a bancada do PMDB também nos disse da preocupação com esta matéria. E nós temos que ter um cuidado no sentido de derrubarmos este veto. Eu quero também me dirigir à bancada do PSD. E aqui agradeço ao nosso querido Brito, que de maneira grande se posicionou na defesa da pauta evangélica aqui. E eu quero agradecê-lo e acho que ele está nesse plenário, mas fazer um pedido para que ele também converse com a bancada do Senado. Eu quero me dirigir, meu querido Garguinho, à bancada do União Brasil, a nossa querida senadora Dorinha, porque aqui vossa excelência vota conosco, mas que a nossa senadora e a bancada do União Brasil entenda a importância da família, dos valores da família. Eu quero me dirigir à bancada do Republicanos para dizer a esta bancada que, boa parte, são pessoas que defendem os valores e os princípios do conservadorismo. Meu querido Marcos Pereira, e quero me dirigir à bancada do Senado Federal no sentido de que possamos estar atentos a esta matéria e votar na visão da preservação dos valores que tanto defendemos. E o voto é não, é votar pela derrubada do veto. Quero conclamar a bancada evangélica, a bancada católica, a bancada do Provida, que possa entender este momento do Brasil para que possamos enfatizar e valorizar essa pauta cara, essa pauta importante, porque é a pauta da vida, é a pauta do direito à propriedade, é a pauta que defende a família

tradicional
nos seus moldes judaico-patriarcal. Eu não quero ameaçar ninguém,
aquilo é meu
estilo, mas acredito que o Brasil vai conhecer o voto de cada um
nesta
matéria tão importante. Portanto, eu estou aqui fazendo a defesa,
presidente, do voto
não nesta matéria e que o Parlamento tenha consciência disso. Muito
obrigado.
Para encaminhar, deputado Danilo Fortes.
Para encaminhar, senador Eduardo Girão.
Em votação na Câmara dos Deputados, as senhoras e os senhores
deputados já
podem votar pelo Infoleg ou no plenário da Câmara dos Deputados.
Para a
orientação de bancada, concedo a palavra aos líderes por um minuto.
Como orienta
o Bloco União, PP, Federação, PSDB, Cidadania, PDT, Avanti,
Solidariedade e PRD?
Senhor presidente, o Bloco orienta não em favor da família, em favor
das
crianças, a propriedade privada, outra invasão. Então o Bloco
orienta não.
Como orienta o Bloco MDB, PSD, Republicanos e Podemos?
Senhor presidente, os recursos do SUS já é escasso. Nós precisamos
de
destacar emendas parlamentares, tanto de senador como deputados,
para completar
os recursos para os governos estaduais e municipais poderem fazer as
cirurgias
seletivas e fazer os diversos mutirões. Então nós estamos com
escassez de
recursos. São poucos recursos. Por que nós vamos priorizar ou
permitir que se
use recursos do SUS para mudança de sexo? Só se tivéssemos com muito
dinheiro. Por isso nós vamos orientar não ao veto. Como orienta o
PL?
Presidente, o PL, bem como a orientação da oposição, são bem
tranquilos no
sentido de ser não a este veto. Eu não vejo motivo pelo qual Lula
vetou a
possibilidade, presidente. Eu não vejo motivo pelo qual foi vetada
aqui a minha
emenda LDO, que trata de proibir o uso de dinheiro público para
invasão ou ocupação
de propriedades rurais privadas. O Lula falou que o IMST não
utiliza de violência
para invadir propriedades. Outro ponto. Ações tendentes a
influenciar crianças
e adolescentes da creche ao ensino médio a terem opções sexuais
diferentes da do
sexo biológico. Isso aqui nada mais é do que a normalidade. Ações
tendentes a
desconstruir, diminuir ou extinguir o conceito de família

tradicional formado por pai, mãe e filhos. Está dentro da Constituição. Bem como proibir o uso de dinheiro público para cirurgias em crianças e adolescentes para mudança de sexo. Ora, se eles não podem ser nem responsabilizados criminalmente, quanto mais fazer uma alteração... Falhou o microfone no começo. Bem como a proibição de abortos. Ora, Lula durante a campanha eleitoral também disse que, na sua carta aos evangélicos, que ele era contra o aborto. Então me causa estranheza esse veto. Eu achava até que ele era matérias não polêmicas, mas infelizmente foram vetadas por Lula e a gente está aqui para garantir a propriedade privada contra o aborto, contra ataques à família tradicional, bem como a impossibilidade de crianças façam a cirurgia de mudança de sexo e depois se arrependam, sendo certo que não poderão voltar atrás. Então o PL, a minoria e a oposição orientam não, presidente. Como orienta a Federação do PT? Senhor presidente, a Federação orienta sim a manutenção do veto. Os artigos vetados constituem um atentado à técnica legislativa. Não apresentam qualquer pertinência temática com a lei de diretrizes orçamentárias, que não tem a missão de tratar sobre ocupação de terra, que não tem a missão de tratar sobre questões de conselho de família ou de aborto. Esses temas, embora muito importantes, são tratados em outros instrumentos do nosso marco legal brasileiro. Portanto, sim a manutenção do veto para manter a coerência da lei de diretrizes orçamentárias. Eita, então Lula mentiu? Como orienta o PSB? O PSB, presidente, entende que o governo federal, o poder público tem uma preocupação do cuidado com as famílias. O governo do presidente Lula tem isso muito claro. O governo do presidente do Bolsa Família, do minha casa, minha vida, de garantir teto, garantir o sustento, garantir alimento, emprego e renda. E é essa a visão que nós temos que ter do orçamento, essa visão que o governo federal tem tido do orçamento. O que tem aqui, na verdade, é uma tentativa de criar um espantalho da política. Nenhum desses temas aqui que foram colocados nesse artigo que foi apresentado são temas de

verdadeira

discussão em relação ao orçamento público. Não é isso que está sendo colocado.

A discussão do orçamento público é a questão do Bolsa Família, do minha casa, minha

vida, do pé de meia, de uma série de questões. O que está tentando se fazer

aqui é uma espetacularização desse processo legislativo e uma coisa que

inclusive envergonha essa Câmara dos Deputados porque tem inclusive erros de

conceito, de coisas colocadas erroneamente aqui. O PSB orienta sim, presidente.

Como orienta a Federação Pessoal Rede?

Presidente, essa emenda foi votada e que obviamente o veto precisa ser mantido,

é emenda que mistura fake news com intolerância, com preconceito, com a

tentativa de mais uma vez fomentar na ausência de políticas públicas o

preconceito contra as orientações sexuais e identidade gêmea.

Essa emenda aqui é emenda das fake news, porque não existe cirurgia de

redesignificação para crianças. Mas ao mesmo tempo,

existe políticas públicas para combater o bullying na escola para que as

crianças e sobretudo os adolescentes não evadam. Existe política sim para fomentar a agricultura familiar e a reforma agrária para os

pequenos

agricultores. E aqui eles querem viabilizar que os recursos públicos possam ser utilizados para construir programas, escolas e políticas

públicas

para a diversidade. Os defensores aqui, peço só para concluir porque fui

interrompida, que adoram o bradai e estamos aqui defendendo a família, não

estão defendendo a família coisa nenhuma. Estão defendendo mentira e conservadorismo, porque não respeitam todas as famílias, não

respeitam todas as

mulheres, não respeitam todas as crianças, não respeitam todos os adultos, não

respeitam todos os homens. Então aqui é uma mentira misturada com a tentativa de

retroalimentar uma narrativa venenosa, criminosa, que

lamentavelmente fomenta o

ódio contra a comunidade LGBTQIA+ no Brasil.

O pessoal orienta o voto sim. Como orienta o Partido Novo?

Presidente, eu vou ler o dispositivo porque é inacreditável que isso tenha que ser

votado. Nós temos um orçamento, os recursos são escassos, as necessidades são

infinitas e primordialmente nós precisamos mandar esse recurso para a

saúde, segurança e educação. Esse dispositivo proíbe que os recursos

sejam
investidos em invasão de terra, em ações a influenciar crianças,
adolescentes a
terem opção sexual diferente, ações tendentes a desconstruir,
diminuir ou
extinguir o conceito de família tradicional, as cirurgias em
crianças e
adolescentes para mudança de sexo e realização de aborto, exceto nos
casos
autorizados por lei. Então ao contrário do que a deputada do pessoal
diz, nós
não somos contra que isso seja realizado, que nós somos contra que o
dinheiro
público vá de maneira primordial para isso e não para a saúde,
segurança e
educação. Voto não.

Minoria, presidente.

Como orienta o governo?

Sr. Presidente, essa emenda é uma emenda astuta porque, na verdade,
eles sabem

muito bem que o Congresso fiscaliza os gastos do governo, o

Ministério Público

fiscaliza os gastos do governo, o Tribunal de Contas da União

fiscaliza os gastos do

governo, de forma que não existe possibilidade de gastos ilegais. Se
algum

gasto for contra a lei, será punido. Mas o objetivo desses artigos é
exatamente abrir de tal forma a criminalização que permitirá, se
aprovado,

que se faça qualquer tipo de criminalização de qualquer ação do
governo, por

uma interpretação absolutamente absurda. Então nós somos contrários
e vamos

manter esse veto.

Como orienta a maioria?

Minoria, presidente.

Como orienta a minoria?

Minoria orienta, evidentemente não ao veto. Já está engraçado dizer
que não, não

precisa desse veto, não precisa derrubar, porque não pode ter gasto
ilegal. Imagina,

o PT mestre em fazer gastos ilegais, desviar dinheiro. Agora, eu vi
uma vez um

vídeo de um transexual ensinando para as crianças a desconstrução da
família.

E ela dizia o seguinte, essa personagem transexual dizia o seguinte,
nós vamos

desconstruir a família tradicional, sim, falando para o público de
crianças.

É terrível. Agora imagina isso pago pelo Estado, pago pelo
contribuinte, pelo

pagador de impostos, pelos pais que mandam seus filhos para a escola
para que eles

aprendam e lá eles pagam pelo dinar, cirurgia sexual, para mudança

de sexo em
criança, nas mais terríveis. Então é claro que o Estado não pode
pagar por isso e é não.
Estamos em processo de votação nominal na Câmara dos Deputados.
Peço, senhores
deputados e senadoras deputadas que ainda não votaram, que possam
votar.
Com a palavra senadora Eduardo Girão.
Senhor Presidente, Paz e bem, todos os colegas da Câmara dos
Deputados, do Senado.
Esse voto, ele transcende, no meu modo de entender, a questão
partidária.
Esse é um voto em defesa do que é correto. Um voto em defesa da vida
que todos nós
defendemos. Como é que você vai abrir possibilidade, tendo em vista
aí as
inúmeras cirurgias no SUS, deputado Eli Borges? Basta a gente ir nos
Estados da
gente. É impressionante pessoas passando meses, anos para fazer
cirurgias simples.
Essa é o raio X hoje no SUS. Como é que você vai, senador Flávio
Bolsonaro,
liberar algum tipo de situação para investir em mudança de sexo? Com
todo
respeito. Isso é uma fronteira. A família deixa as crianças em paz do
Brasil. Esse é o voto.
A gente teve aqui muitos importantes, mas esse é muito simbólico,
porque são valores
e princípios do povo brasileiro. Outra questão preocupante. A gente
está vendo
o que está acontecendo. Invasões, o desrespeito, a propriedade
privada, que as pessoas
passaram a vida inteira construindo com suor, pagando imposto. Esse
voto libera,
de uma certa forma, a oportunidade na LDO de se investir em
movimentos desse tipo,
general Pazuello, que possam fazer esse tipo de aberrações no
Brasil. É uma
questão de ordem, é uma questão de democracia, de respeito, que é a
regra da boa
convivência. Então, eu peço muita atenção de todos os colegas aqui
nesse momento.
Nós estamos tendo uma dinâmica fantástica, mas esse voto é um voto
que a gente conhece,
que repercute fortemente em nossa nação pela inversão de
prioridades, pela inversão
de prioridades, pela inversão de valores que está contido nessa
possibilidade
absurda que a gente está tendo aqui. Então, eu peço mais uma vez,
faço um apelo
para que a gente possa votar em favor da família, votar pela vida em
respeito a mais
de 85% da população brasileira, segundo as pesquisas, segundo as
pesquisas. E aí

é de vários institutos que todos nós conhecemos. É uma coisa consolidada em marchas que nós tivemos, em congressos, em palestras. A população brasileira é uma população que respeita a família. Olha, senhor presidente, a família é a base de tudo na sociedade. Tudo é a família. A estrutura é a família. A gente vê... Eu tive esse final de semana, deputado, na Paraíba. Tive em Pernambuco. Fui muito bem recebido lá em eventos políticos e pude ir nas praças, nos mercados. Pude ir nas ruas, conversar com as pessoas, quem é de direita, quem é de esquerda, quem é contra o governo, quem é a favor do governo. Isso é o diálogo. Isso faz parte, é a beleza da democracia. E eu vi como o brasileiro está mobilizado, acompanhando a política. Não se sabe, eu fiz o questionamento, não sabem cinco jogadores da seleção brasileira. E olha que eu sou de esportista. Eu não sei. E eu acompanho o meu hobby. Eu estou rouco aqui por ter ido em Recife também acompanhar o jogo do Fortaleza contra o esporte pela Copa do Nordeste. E é impressionante como não sabe cinco jogadores da seleção brasileira, a população. Agora sabe. Sabe o nome dos ministros do Supremo. Pelo menos cinco sabem. Isso é o Brasil aflorando para a política. Isso é uma grande conquista da sociedade. Vamos votar pela família e pela vida. Deus abençoe. Eu acho que o governo perdeu de novo. Eu consulto o plenário se todos os deputados e deputadas já votaram, se podemos encerrar a votação. A deputada Fernanda está votando. Podemos encerrar? Está encerrada a votação. Votaram sim 107 deputados, não 339 deputados. Uma abstenção rejeitados na Câmara passa a ser a deliberação no Senado. Em votação no Senado Federal os dispositivos 48 a 52 do veto número 1 de 2024. As senhoras, senhores, senadoras já podem votar pelo aplicativo Senado Digital ou no plenário da Câmara dos Deputados. Para orientar as bancadas concedo a palavra aos líderes do Senado por um minuto. Como orienta o PSD? Como orienta o PL? Presidente, o PL orienta o voto não. É uma pauta muito cara a todos nós que somos considerados no público evangélico e religioso a um pleito forte na nossa frente parlamentar evangélica para que na lei de direitos parlamentares a gente reflita exatamente aquilo que nós pensamos e defendemos quando vamos avaliar esses temas em legislações específicas. Então quem é contra aborto, quem é contra a pauta

de criança mudar de sexo, quem é contra a pauta de ataque à família brasileira tem que ser também contra isso constar da lei de direitos parlamentares. Portanto, a exemplo do que fez a Câmara, peço aqui no Senado também o voto não. Como orienta o MDB no Senado? Como orienta o PT no Senado? Como orienta o Podemos? Como orienta o União Brasil? Como orienta a União, professora Dourinha? União Brasil orienta não, senhor presidente. Como orienta o Progressistas? Progressistas orienta não. Como orienta o PSB no Senado? Como orienta o Republicanos? Como orienta o PDT? Como orienta o Partido Novo? Presidente, o Novo orienta o voto não em defesa da vida, em defesa da família, em respeito ao dinheiro do brasileiro que não tem o mínimo da saúde para o SUS, para as cirurgias. Imagine se a gente começar a fazer, priorizar a questão de mudança de sexo. Imagine se a gente começar a favorecer a desordem com relação à invasão de terras. É esse a definição desse veto. Então que o bom senso prevaleça nessa casa e que a gente consiga aprovar até quem sabe por unanimidade o não como foi próximo na Câmara dos Deputados, uma margem ampla pelo não. Como orienta o PSDB no Senado? Como orienta a maioria? Como orienta a minoria? Senhor presidente, eu peço atenção aos senadores. Ganhamos com 339 votos. Aquela dali é a base que o governo, ou melhor, o desgoverno Lula tem aqui na Câmara dos Deputados, mas o Senado Federal precisa fazer a sua parte. Não é justo o que o governo está fazendo com a saúde pública apanhando de uma doença conhecida da população há décadas, que é a dengue. Imagine se esse desgoverno pega uma pandemia de doença desconhecida. Estamos a favor das pessoas que demoram meses, até anos, para fazer uma cirurgia. E o desgoverno quer gastar dinheiro dessa forma, o orçamento estourado, as contas públicas que não saem do lugar. Um desastre econômico. A minoria do Congresso Nacional tem responsabilidade com o povo brasileiro e com o Congresso Nacional. A minoria é não. Como orienta o governo, líder Randolf Rodrigues? Sim, senhor presidente. O governo orienta o voto sim. Como orienta a oposição? Senador Flávio. Estamos em processo de votação nominal no Senado Federal. O que o Senado vai fazer para que os senadores possam votar? A oposição, presidente. Assim como na Câmara, é fundamental que os senadores também se sensibilizem que dinheiro público não se presta a essas coisas, como

mudança de secto,
incentivo à invasão de terra e outros devaneios. Nós apresentamos
emenda nesse sentido. Na
Câmara, o voto é aprovado. E de maneira assodada e totalmente
responsável, o presidente exerci-se
o vetor. É fundamental que nós derrubemos esse veto e a orientação
da oposição é
não. Deputado Eli tem a palavra. Deputado Eli, deseja fazer uso da
palavra?
Senhor presidente, o tempo da liderança do PL eu gostaria de usar.
Perfeitamente. Vossa senhora tem a palavra.
Senhor presidente, eu tenho registrado que este é um momento
extremamente importante
para a visão, para a construção da visão no ordenamento jurídico
brasileiro e aqui
me refiro a LDOA, desta matéria que é tão cara para os brasileiros.
Senhor presidente, nós estamos vivendo uma crise na saúde sem
precedentes. Nós estamos
percebendo que o sistema único de saúde está super lotado. Nós
estamos percebendo
que o dinheiro público não está sendo suficiente, presidente, para
que determinadas coisas
possam usar o dinheiro público para acontecer. Outra coisa,
presidente, eu queria chamar
a atenção dos senhores senadores. Olhe para a pureza de uma criança.
Olhe para o sentimento
de uma criança. E aqui eu não quero pressionar, mas todos os
senhores têm filhos, têm netos
e eu queria que nesse momento os senhores tirassem os seus olhares
deste poder e se lembrassem
de suas famílias. Vou repetir, o senhor tem filhos e tem netos. Eu
não estou aqui hoje
fazendo debate ideológico se alguém vai mudar de sexo ou não, mas eu
estou dizendo que
a construção do ser humano no aspecto biológico é uma construção que
nós temos que valorizar.
Presidente, isso é ciência. Presidente, isso é biologia. Aqui
ninguém discrimina
ninguém, mas o Estado democrático brasileiro, a imensa maioria, é de
conservadores. Senhores
senadores, eu estou conclamando os senhores para virem para esta
votação. Ora, nós
temos aqui que colocar 41 votos e os senhores sabem da importância
desta matéria, até
para os debates que quando chega o período eleitoral os senhores vão
visitar as comunidades
familiares, as comunidades religiosas e vão dizer da sua defesa
nesta casa. E eu estou
conclamando os senhores para que possamos agora de fato emitirmos
uma posição nesta
casa de leis. Emetirmos uma posição agora como Senado. A Câmara fez
o seu dever de
casa. A Câmara garantiu a estrutura familiar. Neste veto nós
derrubamos o veto.

